

RODRIGO LINHARES LEITE

OS PADRÕES DE COMÉRCIO DO BRASIL E DA CHINA: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE 1998 E 2010

Projeto de monografia apresentado à disciplina de Trabalho de Fim de Curso como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

CURITIBA
2011

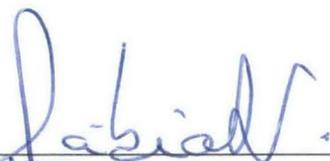
TERMO DE APROVAÇÃO

RODRIGO LINHARES LEITE

OS PADRÕES DE COMÉRCIO DO BRASIL E DA CHINA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE 1998 E 2010

Monografia aprovada com nota _____ como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

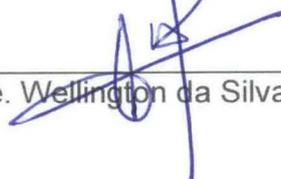


Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

Membros da banca:



Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula



Prof. Me. Wellington da Silva Pereira

Curitiba, 23 de dezembro de 2011.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1. TEORIAS CLÁSSICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	9
2.2. TEOREMA DE HECKSCHER-OHLIN	11
2.3. A VANTAGEM COMPETITIVA DAS NAÇÕES	12
2.3.1. Os determinantes da vantagem competitiva	13
2.4. A MALDIÇÃO TRIPLA DOS RECURSOS NATURAIS	15
3. RELATOS HISTÓRICOS	18
3.1. O DESENVOLVIMENTO CHINÊS	18
3.2. O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO	22
3.3. ANÁLISE COMPARATIVA DE BRASIL E CHINA ENTRE 1990 E 2010	28
3.3.1. Resumo dos indicadores macroeconômicos	34
4. ANÁLISE COMPARATIVA DAS PAUTAS DE EXPORTAÇÃO DE BRASIL E CHINA ENTRE 1998 E 2010	35
4.1. ANÁLISE DAS PAUTAS DE EXPORTAÇÃO DE BRASIL E CHINA	35
4.1.1. Nível de intensidade tecnológica das exportações	35
4.1.2. Divisão por setores do SITC	37
4.2. COEFICIENTE DE SIMILARIDADE	39
4.3. ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA	40
4.4. ANÁLISE DE CONSTANT-MARKET-SHARE	42
4.5. COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-CHINA	45
5. CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB (US\$ correntes) – 1990 a 2010	28
Gráfico 2 – PIB per capita (US\$ correntes) – 1990 a 2010.....	29
Gráfico 3 – Participação no PIB mundial (% em US\$ PPC) – 1990 a 2010	30
Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB) – 1990 a 2010	32
Gráfico 5 – Volume de Investimento Estrangeiro Direto (em US\$ milhões) – 1990 a 2010.....	33
Gráfico 6 - Saldo da Balança Comercial (em US\$ milhões) – 1995 a 2010.....	34
Gráfico 7 – Participação setorial nas exportações chinesas por nível intensidade tecnológica (%) – 1998 a 2010.....	36
Gráfico 8 – Participação setorial nas exportações brasileiras por nível de intensidade tecnológica (%) – 1998 a 2010.....	37
Gráfico 9 – Competição comercial chinesa com o Brasil (%) – 1998 a 2010.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas médias de crescimento do PIB e do PIB per capita (%) – 1990 a 2010.....	30
Tabela 2 – Participação setorial no PIB de Brasil e China – 1990 a 2010	31
Tabela 3 – Participação setorial no total de exportações da China (%) – 1998 a 2010	38
Tabela 4 – Participação setorial no total de exportações do Brasil (%) – 1998 a 2010	38
Tabela 5 – Índice de vantagens comparativas reveladas da China – 1998 a 2010 ..	41
Tabela 6 – Índice de vantagens comparativas reveladas do Brasil – 1998 a 2010...	42
Tabela 7 – Perdas e ganhos de competitividade do Brasil e da China no comércio internacional (US\$ milhões) – 1998 a 2010.....	45
Tabela 8 – Saldo comercial do Brasil com a China por setor (US\$ milhões) – 1998 a 2010.....	46

RESUMO

Os países em desenvolvimento ganharam extrema importância na última década, sendo os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) os mais importantes: são países que crescem acima da média mundial e que concentram um grande mercado interno potencial. Frente a isto, este estudo tem como objetivo principal fazer uma análise comparativa entre os padrões de comércio de dois destes países, Brasil e China, identificando suas características e tendências. Para isso, são feitas análises históricas dos dois países, seguidas de uma análise dos indicadores que são o centro do trabalho. As conclusões mostram o Brasil tornando sua pauta de exportação cada vez mais primária, seguindo um caminho ricardiano; o oposto do que ocorre na China, onde se criam vantagens competitivas em setores de alto valor agregado.

Palavras Chave: Brasil, China, pautas de exportação, primarização.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 90, o Brasil começou um processo de abertura comercial que expôs os diversos setores da economia à competição internacional. Devido a uma associação de diferenças de produtividade e câmbio sobrevalorizado, muitos setores industriais entraram em crise. Deste período até o fim da âncora cambial em 1999, o país obteve sucessivos déficits na balança comercial, que se tornaram superávits no período seguinte, baseando-se numa pauta de exportações cada vez mais primária, elevada tanto devido ao aumento do volume, como das cotações internacionais. Em valores, isso fez com que triplicássemos o total de exportações em doze anos, atingindo US\$ 201 bilhões em 2010.

Nesse contexto entra a China, um novo *big player* no cenário internacional, que devido à estratégia de desenvolvimento lançada com Deng Xiaoping em 1978, utiliza uma política de exportação de manufaturados com cada vez mais valor agregado como pilar para crescer. O resultado disso são taxas de crescimento em torno de 10% desde 1990.

Durante este período a China começa a se inserir mais fortemente no comércio internacional: sua participação no comércio mundial passou de 3% em 1998 para 10% em 2010, o que em termos monetários representa uma multiplicação por oito do valor exportado, alcançando US\$ 1,577 trilhão em 2010. O Brasil se adaptou a essa tendência sino-cêntrica: a China saiu de uma posição secundária para se tornar o nosso principal parceiro comercial.

Com a crise financeira de 2008 (*subprime*), que trouxe consigo recessões em vários países, Brasil e China se destacam por não terem sofrido tão fortemente, com a China mantendo o seu crescimento em torno de 10% e o Brasil caindo menos de 1%, mas se recuperando fortemente no ano seguinte. Isto mostra o aumento da relevância destas nações como centros dinâmicos da economia mundial.

Mas essa maior importância de ambas as nações foi baseada em estratégias de desenvolvimento distintas, sendo a China focada na exportação e o Brasil, no próprio mercado doméstico. Isto se reflete na participação no comércio internacional, que evoluiu de forma completamente diferente em cada país.

Frente a este cenário, o objetivo deste estudo é fazer uma análise do padrão de comércio do Brasil e da China entre 1998 e 2010, de modo a identificar principais

características, impactos diretos, tendências e desafios, mais especificamente do ponto de vista brasileiro.

Para tanto, este trabalho é composto por cinco capítulos. O primeiro deles corresponde a esta breve introdução.

O segundo capítulo envolve o referencial teórico que explica o comércio internacional, dando um destaque especial às teorias que ajudam a entender o comércio entre Brasil e China, que pode ser caracterizado como norte-sul. Nele se expõem as principais teorias da economia internacional: desde os modelos clássicos (especialmente as vantagens comparativas de Ricardo), passando pelo modelo de Heckscher-Ohlin e a teoria das vantagens competitivas de Porter, e por fim, detalha-se a **“maldição tripla dos recursos naturais” de Reinert**.

O terceiro capítulo faz um relato histórico dos dois países, pois se julga necessário acompanhar a evolução dos sistemas econômicos de ambos para entender as duas últimas décadas, de grande expansão chinesa e *stop and go* brasileiro. Foca-se no relato a partir da década de 80, quando aconteceram as principais reformas estruturais na China e a crise inflacionária brasileira. Ao final do capítulo é feita uma comparação dos principais indicadores econômicos, mostrando os resultados distintos dos dois caminhos adotados.

O quarto capítulo foca-se na análise dos principais indicadores do comércio internacional de Brasil e China entre os anos de 1998 e 2010, evidenciando os comportamentos distintos das pautas de exportação dos dois países. Aqui é feito um detalhamento da participação setorial nas pautas; analisando-se os coeficientes de especialização e vantagem comparativa revelada, além de ser feito o uso do método de Constant-Market-Share para descrever possíveis ganhos e perdas de competitividade.

Por fim, é feita uma conclusão acerca do estudo, descrevendo os caminhos distintos adotados, as tendências e os possíveis problemas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem por objetivo expor as principais teorias que englobam o comércio internacional, dando destaque àquelas que melhor explicam a tendência de comércio norte-sul envolvendo o Brasil e a China. Na seção 1, detalham-se as teorias clássicas do comércio, que são a base para a discussão do trabalho; a seção 2 expõe o teorema de Heckscher-Ohlin, uma variação das vantagens comparativas de Ricardo; a seção 3 expõe as vantagens competitivas das nações, demonstradas por Porter; por último, na seção 4 é feita uma revisão sobre a “maldição tripla dos recursos naturais” de Reinert.

2.1. TEORIAS CLÁSSICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

No século XVIII, com a ascensão da teoria econômica moderna, surgiram as primeiras tentativas de explicar o fluxo do comércio internacional que fugiam do *rationale* mercantilista (que via a troca entre países como forma de atingir um superávit comercial, meio essencial para se alcançar o objetivo primordial da doutrina: a acumulação de metais preciosos – acreditava-se que seu estoque determinava a riqueza das nações).

Adam Smith, no seu clássico **“A Riqueza das Nações”** desenvolveu a teoria das vantagens absolutas como base do comércio internacional. A vantagem absoluta de um país na produção de um bem seria decorrente de uma maior produtividade, ou seja, uma menor utilização de insumos (no caso, somente um insumo, o trabalho) para produzir uma mesma quantidade de um bem.

Desta forma, cada país deve se especializar na produção de bens em que possui vantagem absoluta, exportando o excedente. O saldo disponível então deve ser utilizado para importar os bens que, se fossem produzidos localmente, seriam muito mais custosos. Estas trocas ampliarão a capacidade de consumo dos envolvidos.

A visão de Smith acerca da natureza da riqueza das nações é um fator primordial para a aceitação de sua teoria: segundo ele, tal riqueza depende dos bens e serviços disponíveis à população e não ao seu estoque de ouro; assim, se os países se especializarem, cada um produzindo a mercadoria em que possui

vantagens absolutas, a capacidade de consumo aumentará, elevando o padrão de vida da população.

O grande problema desta teoria é que só há um insumo, o trabalho, então as vantagens absolutas dependem exclusivamente da produtividade do trabalho. Consequentemente, é possível que uma nação não tenha vantagem absoluta na produção de nenhum produto, de forma que não realizará trocas com o exterior. Esse foi um dos pontos combatidos por Ricardo com suas vantagens comparativas.

A segunda teoria clássica, a das vantagens comparativas, é uma evolução das ideias de Smith, sendo postulada em 1817 por David Ricardo. Segundo ele, não eram as vantagens absolutas, mas sim as vantagens comparativas que explicavam o fluxo do comércio internacional. Ou seja, não é uma comparação entre produtividades absolutas do trabalho, mas sim de produtividades relativas do trabalho entre os países (Coutinho *et al.*, 2006).

A vantagem comparativa é então resultado do custo de oportunidade relativo: a relação de quanto de um bem que dois países precisam parar de produzir para se especializar em outro bem. Essa vantagem comparativa segue Smith, ao ser associada somente ao fator trabalho e à produtividade do trabalho, e Ricardo as atribui às particularidades no clima e no ambiente de cada nação.

A linha de raciocínio prossegue: os países se especializariam aonde possuem vantagens, o produto excedente deveria ser exportado, e os bens restantes seriam importados a um preço menor do que se fossem produzidos internamente, de forma que todos os participantes ganham. O grande diferencial é que as vantagens comparativas permitem que todos os países realizem trocas, mesmo se alguns não possuírem nenhum tipo de vantagem absoluta: mesmo que um país possua vantagens absolutas em vários bens, é mais vantajoso produzir o bem em que possui vantagem máxima e importar os outros bens em que possui vantagens absolutas mínimas (possibilitando que os países sem vantagens absolutas os produzam e participem do comércio internacional).

A teoria de Ricardo é extremamente relevante, mas possui alguns pontos de contestação, especialmente em relação aos seus pressupostos: competição perfeita; imobilidade completa de capital e trabalho entre os países, mas mobilidade doméstica; e custos constantes. Apesar disso, os estudos empíricos confirmam o pressuposto básico das vantagens comparativas: os países exportam os bens em

que possuem produtividade alta e importam aqueles em que possuem produtividade baixa (COUTINHO *et al.*, 2006).

2.2. TEOREMA DE HECKSCHER-OHLIN

O teorema de Heckscher-Ohlin é baseado nas vantagens comparativas de Ricardo, mas é mais amplo. Primeiramente, ele diferencia comércio internacional e comércio inter-regional. Segundo, não há somente um insumo: o modelo Heckscher-Ohlin propõe que as vantagens comparativas são decorrentes dos níveis relativos dos diversos fatores de produção (incluindo o trabalho, mas também recursos naturais, terra, capital). Pressupõe-se que todas as nações possuem tecnologias equivalentes, mas têm diferentes disponibilidades dos fatores de produção citados. Desta forma, um país que possuir o fator capital em abundância produzirá um bem intensivo em capital a um custo mais baixo, tendo então vantagem comparativa em sua produção. Isto possibilita diminuir a produção de bens intensivos em trabalho, por exemplo, possibilitando um grande incremento marginal da produção do bem intensivo em capital (KRUGMAN & OBSTFELD, 2005).

A conclusão deste modelo é que os países se especializarão na produção dos bens que utilizam fatores de produção com abundância relativa (vantagem comparativa), exportando a quantidade desses bens não consumida no mercado doméstico e importando os outros bens, cujos fatores de produção intensivos são relativamente escassos dentro de sua fronteira nacional.

Tal modelo teve grande aceitação no século XX, especialmente por afirmar que o governo pode alterar as vantagens comparativas dos fatores – o que possibilitou e justificou as diversas políticas governamentais: desde a redução da taxa de juros, a contenção dos salários, as desvalorizações cambiais como meio de afetar os preços relativos, até o financiamento de exportação para setores específicos (PORTER, 2007).

Acerca do modelo Heckscher-Ohlin, em 1953 já havia certa dúvida quanto a sua validade. Neste ano, o economista Wassily Leontief testou o modelo fazendo uma análise empírica das exportações e importações norte-americanas no pós-guerra. O resultado foi de que as exportações dos EUA eram menos intensivas em capital do que suas importações, indo de encontro à teoria, já que se sabia que

havia mais capital por trabalhador neste país do que em outros. Isso ficou conhecido como Paradoxo de Leontief.

O teorema apresenta algumas falhas, que segundo Krugman e Obstfeld (2005) são decorrentes de três fatos recentes: o comércio de produtos que possuem proporções semelhantes dos fatores de produção; o predomínio do comércio Norte-Norte, ou seja, entre países industrializados que possuem dotação de fatores semelhantes; por último, a ascensão das transnacionais, que criaram o importante comércio entre subsidiárias.

Ademais, assim como as teorias clássicas, o modelo Heckscher-Ohlin sofre devido aos seus pressupostos: o acesso comum e igual às tecnologias, a homogeneidade dos produtos e a inexistência de economias de escala. Isto não acontece na realidade: na verdade, busca-se a diferenciação e o desenvolvimento tecnológico como geração de novas vantagens (COUTINHO *et al*, 2006).

Apesar desses erros, o modelo ainda assim é capaz de explicar parte do comércio internacional, especialmente em indústrias que envolvam muitos recursos naturais e mão-de-obra desqualificada.

2.3. A VANTAGEM COMPETITIVA DAS NAÇÕES

Porter, com sua teoria das vantagens competitivas, tenta ir além dos pensadores anteriores, englobando os pressupostos esquecidos nos modelos clássicos: a presença de economias de escala, a busca por diferenciação e a diversidade tecnológica.

Para ele, primeiramente devemos esquecer a ideia do que é ser “competitivo”: o objetivo central de um país é melhorar o padrão de vida dos seus habitantes, e o fator que move para cima este padrão é a produtividade com que os recursos nacionais (trabalho e capital) são empregados. Assim, é a produtividade nacional que determina a renda nacional per capita (sendo esta a responsável pelos salários, retornos do capital e aumento dos tributos arrecadados – que darão um melhor padrão de vida). A conclusão disso é que a competitividade nacional deve ser entendida como a produtividade nacional.

Seguindo os pensadores clássicos, Porter afirma que a especialização de cada país na produção de bens em que possui vantagem competitiva, tende a gerar benefícios mútuos:

“O comércio internacional permite ao país aumentar sua produtividade, eliminando a necessidade de produzir todos os bens e serviços dentro do próprio país. Com isso, a nação pode especializar-se nas indústrias e segmentos nos quais suas empresas são relativamente mais produtivas e importar os produtos e serviços em relação aos quais suas empresas são menos produtivas do que as rivais estrangeiras, aumentando dessa forma a produtividade média da economia. As importações, portanto, bem como as exportações são parte integrante do crescimento da **produtividade**.” (PORTER, 2007)

Por outro lado, Porter também afirma que há outra possibilidade: uma nação pode ser prejudicada pelo comércio internacional caso suas firmas não tenham capacidade de competir internacionalmente, prejudicando as exportações e a qualidade de vida da nação. Indo mais além, se estas indústrias que não conseguem competir são as mais produtivas da economia, a capacidade de crescer da nação pode ser interrompida.

Como o autor crê que a produtividade nacional é o elemento a ser explorado, **qualquer intervenção governamental como forma de “mascarar” uma produtividade reduzida** tende a ser ineficaz: subsídios, taxas de câmbio e de juros favoráveis, só tendem a prejudicar a nação, reduzindo seu padrão de vida no longo prazo. Seguindo este pensamento, o único meio de se ganhar vantagens competitivas seria através de inovações, sejam elas tecnológicas ou técnicas. Ou seja, a inovação é o alicerce para se aumentar o padrão de vida de uma economia.

2.3.1. Os determinantes da vantagem competitiva

Através dos seus estudos, Porter elucidou os determinantes das vantagens competitivas de uma indústria, e como eles se inter-relacionam dentro de uma nação. Cabe-se destacar a ênfase que o autor atribui à inovação, o meio para se aumentar a produtividade.

“O que constatei é que as empresas não terão êxito se não basearem suas estratégias na melhoria e na inovação, numa

disposição de competir e no conhecimento realista de seu ambiente nacional e **de como melhorá-lo.**" (PORTER, 2007).

Basicamente, são quatro determinantes, que formam o chamado Diamante Nacional de Porter: a primeira é a condição de fatores de produção, como mão de obra, capital e infraestrutura; a segunda é a condição da demanda interna; a presença de indústrias correlatas e de apoio, que tenham competitividade no cenário mundial é a terceira condição; a quarta e última condição refere-se à estratégia, estrutura e rivalidade das empresas.

Segundo o autor, as condições de fatores geram vantagens competitivas se estes fatores forem de baixo custo ou de alta qualidade. Mas, o ponto principal que diferencia essa visão das teorias clássicas é a visão dinâmica da realidade: os fatores mais decisivos para manter a vantagem competitiva podem (e devem) ser criados. Porter crê que a melhora na eficiência e na distribuição de um fator é muito mais importante que a dotação deste fator em si. Isto só será possível através do investimento na capacitação da mão de obra e na base científica.

Em relação à demanda interna, há dois meios pelos quais uma nação obtém vantagem competitiva: quanto mais sofisticada a demanda, maior será o ritmo de inovação para acompanhar esta necessidade; além disso, quando a demanda interna de um país possibilitar a identificação de tendências mundiais.

A presença de indústrias correlatas e de apoio atua de dois modos na geração de vantagens competitivas. No caso das indústrias correlatas, há uma maior oportunidade de troca de informações e intercâmbios técnicos. Quanto a indústrias de apoio, se elas forem competitivas internacionalmente, possibilitarão uma maior eficiência na compra e acesso aos insumos; além disso, a relação entre empresas e fornecedores gera uma troca de informações que possibilita a criação e aplicação de novos métodos e tecnologias.

O quarto determinante do Diamante Nacional envolve tanto a estrutura das empresas, como o seu grau de rivalidade, que é fundamental para permitir um aprimoramento contínuo que sustente a vantagem competitiva. Neste quesito, para possibilitar que o consumidor seja beneficiado, o governo tem que atuar de forma a coibir a monopolização dos mercados via leis antitruste, mantendo a rivalidade no mercado interno e possibilitando uma maior competitividade.

Tendo explicado os quatro determinantes, Porter destaca ainda o papel do governo e do acaso. Para ele, o governo não deve ser intervencionista, mas sim atuar de forma reguladora, influenciando os determinantes de forma indireta, fazendo com que as próprias firmas (e não o Estado) estabeleçam as vantagens competitivas. Isto pode ser feito de várias formas: políticas de educação, regulatórias e leis antitruste são só alguns exemplos.

Por último, o acaso também tem um papel importante na determinação das vantagens competitivas, mas não podem ser alterados por firmas e governos: atos de pura invenção, descontinuidades tecnológicas e nos custos de insumos, modificações no mercado financeiro, surtos de demanda, decisões políticas de governos estrangeiros e guerras são fatores exógenos que não podem ser “combatidos” (PORTER, 2007).

2.4. A MALDIÇÃO TRIPLA DOS RECURSOS NATURAIS

Em contraposição às vantagens comparativas de Ricardo, que argumenta que os países devem se especializar na produção de bens em que possuem vantagens comparativas; Reinert (1996) afirma que este modelo de especialização, se analisado em relação aos países de terceiro mundo, focados na exportação de bens primários, não trará benefícios mútuos, mas sim efeitos negativos aos países pobres.

Segundo o autor, o padrão clássico leva a uma “maldição tripla dos recursos naturais”: retornos decrescentes, competição perfeita e volatilidade de preços. Este tripé trará consigo pobreza e degradação ambiental.

Primeiramente, Reinert descreve os retornos decrescentes: eles ocorrem quando um fator de produção é mantido constante enquanto os outros se expandem, e o produto marginal obtido por essa adição de fatores é cada vez menor. A consequência é uma perda de produtividade.

Quando se analisa os recursos naturais é fácil observar a existência de retornos decrescentes. Ao se especializar na produção de um recurso natural, uma nação chegará a um ponto em que o recurso não estará mais disponível na quantidade ou qualidade da unidade prévia do mesmo recurso. Um exemplo seria se um país se especializasse apenas em plantar batatas – haveria um ponto em que

ele teria que começar a plantar batatas em terras pouco férteis, como montanhas, degradando cada vez mais o meio ambiente.

O segundo fator da “maldição” é a **competição perfeita**. Os bens primários são marcados por este tipo de competição, enquanto para Reinert é justamente a competição imperfeita a fonte do desenvolvimento econômico. Isto porque ela possibilita a geração de lucros extraordinários, ao invés dos lucros normais da competição perfeita.

O último componente do tripé é a volatilidade de preços. Os recursos naturais são voláteis em questão de preços, o resultado é que variações no preço internacional desses bens afetam diretamente a renda nacional e a atividade econômica do país exportador. Isto é totalmente o oposto do que ocorre com as manufaturas, que possuem tanto preços como salários estáveis.

Destaca-se que os três componentes se reforçam, gerando um círculo vicioso – **uma “armadilha dupla” segundo Reinert**: quanto mais um país se especializa em suas vantagens comparativas, maior é o decréscimo na produtividade deste bem, gerando pobreza e degradação ambiental.

Tendo descrito sua teoria, podemos compará-la com as anteriores: Em uma abordagem mais normativa, o autor critica o modelo Hecksher-Ohlin, e conseqüentemente, toda e qualquer forma de especialização baseada neste modelo para países pobres. Segundo o autor, tal modelo, uma variante das vantagens comparativas de Ricardo, tende a prejudicar tais países, gerando pobreza e destruição do meio ambiente. O seu grande foco é a exclusão dos retornos decrescentes do modelo, um padrão de retorno típico dos países do terceiro mundo. Para ele, o problema tem duas origens: primeiramente, não há demanda por parte dos países desenvolvidos por teorias envolvendo retornos decrescentes simplesmente porque suas economias não se baseiam neles; em segundo e mais importante, a metodologia adotada pela economia neoclássica não possibilita adotar este tipo de retorno.

Reinert afirma que a ascensão da economia no século XIX como ciência só foi possível graças à matematização, através do uso do modelo de equilíbrio geral, baseado na estática comparativa da física. Devido a esta influência de uma ciência natural, foram feitos alguns pressupostos que iam contra a dicotomia entre retornos crescentes e decrescentes: o principal foi considerar todas as atividades econômicas **como sendo “iguais”, possuindo retornos constantes de escala e informação perfeita**.

Como o modelo Hecksher-Ohlin e a comprovação matemática da equalização do preço dos fatores (Stolper-Samuelson) são baseadas nestes pressupostos, conseqüentemente a afirmação que o livre comércio gerará ganhos para todos os participantes é infundada, segundo Reinert.

Em relação à Porter, o autor suporta sua acerca das vantagens competitivas. As razões para isso é que essa noção de competitividade leva em consideração a questão de economias de escala, englobando os retornos crescentes e decrescentes; além disso, o papel da dotação de fatores é secundário para autor, que destaca que sua eficiência (algo que pode ser mudado) é mais importante que a dotação em si. Ou seja, enquanto o modelo ricardiano tem uma visão estática da realidade, que se baseia principalmente na dotação relativa de fatores – produz-se o que você tem vantagem no momento e não haverá mudanças no que é produzido; as vantagens competitivas tem um enfoque dinâmico, que considera o impacto de inovações nas vantagens nacionais e possíveis impactos positivos que devem vir das empresas em si, tendo o governo um papel regulador neste sistema. As vantagens competitivas explicam como uma economia essencialmente agrária como a chinesa há 30 anos se tornou potência industrial – um enfoque ricardiano nunca possibilitaria isto.

3. RELATOS HISTÓRICOS

Este capítulo tem como intuito mostrar as particularidades dos modelos adotados por Brasil e China a partir da década de 80, e que influenciaram diretamente a condição atual de cada país. Na primeira seção será detalhado o modelo de desenvolvimento chinês, a segunda foca-se no Brasil; por último, será feita uma síntese, comparando os resultados efetivos de cada estratégia.

3.1. O DESENVOLVIMENTO CHINÊS

Em 1949, a China toma um rumo comunista com Mao Tse-Tung, que assume um Estado destruído por guerras e conflitos sociais, com a economia assolada pela inflação (RIBEIRO, 2008).

Durante a década de 50, tentaram-se implantar reformas de inspiração soviética, baseadas nos processos de coletivização, nacionalização e estímulo à indústria pesada, que não tiveram o resultado previsto. A China ainda se mantinha muito aquém do esperado. Neste mesmo período houve a ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC), que espraiou seus tentáculos por toda a sociedade, tanto pelo controle político e militar do país, como pela nomeação de seus integrantes às altas cúpulas das empresas e organizações.

Em 1958, Mao Tse-Tung criou um modelo próprio de desenvolvimento, **diferenciando da URSS, através do programa econômico conhecido como “Grande Salto”, que visava aumentar a produtividade agrícola e industrial. Mas o resultado foi justamente o oposto: a estatização do mercado destruiu a já combalida economia chinesa, resultando em uma escassez de alimentos que gerou uma enorme quantidade de mortos por inanição (RIBEIRO, 2008).**

A partir deste período, alcançando a década de 60, começaram a surgir visões pragmáticas dentro do PCC, contrastantes à visão maoísta revolucionária. Isto gerou um conflito interno violento entre os partidários de cada linha de pensamento.

Sob este contexto do fracasso do “Grande Salto” e do surgimento de novas vozes no PCC, Deng Xiaoping e Liu Shaoqi, membros em ascensão no Politburo chinês, tentaram remover Mao do poder no começo da década de 60, deixando-o

como peça decorativa no esquema político. Mas o “Grande Timoneiro” contra-atacou e em 1966 iniciou a Revolução Cultural, que de revolução não tinha nada: em suma, foi uma massificação da luta pessoal pelo poder.

Mao convocou a formação da Guarda Vermelha, uma milícia doutrinada em cima do Livro Vermelho, escrito por ele mesmo e contendo as diretrizes políticas da revolução, além de incentivar a perseguição a opositores. O resultado desse período foi um Estado baseado numa entidade paramilitar, prendendo dissidentes e intelectuais, ou qualquer um que possivelmente fosse um suspeito de ser reacionário.

Em 1969 o próprio Mao terminou oficialmente a revolução, mas na prática, ela durou até a sua morte, em 1976. Por ironia do destino, Deng Xiaoping assumiu o cargo de secretário-geral do PCC (líder político) em 1978, e foi a principal voz nas reformas realizadas no país.

Somente na década de 70 a República Popular da China realmente entrou no panorama internacional de forma mais clara. No período final da citada Revolução Cultural, com o rompimento das relações sino-soviéticas, os EUA se reaproximaram da China. Primeiramente com a entrada do país na ONU (Organização das Nações Unidas); em segundo, com a viagem do presidente Nixon à China em 1972. Deste momento em diante as relações entre os dois países começaram a se estreitar, mas de modo gradual – seria o princípio de uma ligação simbiótica de extrema importância à economia mundial (RIBEIRO, 2008).

Com a maior relevância chinesa no mundo e um aumento da ala mais pragmática do PCC, o país começa a fazer reformas estruturais que mudam totalmente as características do país. Seguindo a metodologia de Takahashi e Wu (1992), este novo processo de desenvolvimento pode ser dividido em quatro fases distintas: a primeira de 1978 a 1984, a segunda de 1984 a 1988, a terceira de 1988 a 1991 e a quarta a partir de 1992.

A primeira fase começou em dezembro de 1978, com o 3º Plenário do 11º Congresso do Partido Comunista Chinês. Neste plenário foram aprovadas as **primeiras medidas que transformaram a economia chinesa: o programa das “quatro modernizações” (agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e técnica)** era a estrutura-base das mudanças, e já havia sido proposto anteriormente, mas a Revolução Cultural a barrou.

O primeiro foco foi dado à agricultura, extremamente improdutivo por ser baseada nas comunas estabelecidas por Mao Tse-Tung. Neste sistema, toda a produção era vendida ao Estado, que pagava preços irrisórios aos produtores, gerando um processo de pauperização da população rural. A reforma no campo começou com a dissolução dessas comunas e a liberação de terras aos agricultores. Ademais, os produtores ficariam obrigados a vender apenas uma parte da produção ao Estado (que também concedeu um aumento de 20% no preço dos produtos agrícolas), vendendo o excedente ao preço de mercado, o que possibilitou um grande aumento da renda da população rural, em conjunto com o aumento da produtividade – ressalta-se que esse sistema duplo de preços não ficou restrito à agricultura, de modo que os gestores de estatais industriais eram ainda mais ávidos em utilizá-los para exportar, obtendo um maior lucro; o objetivo do governo com isso era introduzir essas estatais chinesas no mercado externo. O resultado desse aumento da renda rural foi um efeito cascata: ele gerou um grande impacto no setor industrial, ao aumentar a demanda rural por bens industriais e devido à expansão de empresas rurais (MEDEIROS *apud* RIBEIRO, 2008).

Em relação ao setor industrial, frisa-se a importância das reformas das estatais chinesas: estas se tornaram mais independentes, adquirindo responsabilidades antes detidas pelos órgãos governamentais. Ou seja, houve um processo de descentralização de decisões associado a uma política de retenção de lucros (ao invés de simplesmente compartilhá-lo com o governo), que incentivava os gestores a aumentar a lucratividade das estatais.

Por último, destaca-se outra reforma marcante do período: o posicionamento perante o setor externo. Houve uma abertura da economia da economia de chinesa via incentivos ao investimento estrangeiro direto, com o intuito de modernizar o aparelho produtivo decrépito. Nesse período há a regulamentação das *joint ventures* (na China as empresas estrangeiras são obrigadas a se associar a empresas locais), a reforma do regime de comércio exterior e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). **Essas ZEEs se caracterizavam por serem “distorções” no cenário chinês:** nesses locais o investimento estrangeiro sustentava a criação de novas fábricas, voltadas à produção de manufaturados para a exportação, cujos preços eram livres (e não controlados pelo Estado) – o pré-requisito para isso seria a utilização de *joint ventures*. A princípio, quatro cidades foram escolhidas como ZEEs

em 1980: Shenzhen, Xiamen, Zuhai e Shantuo. Mas o objetivo deu tão certo a ponto de que em 2000 já existiam quinze ZEEs (LIN *apud* OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Essa abertura econômica foi iniciada na década de 80, mas de forma cautelosa, começando-se pelo Sul de modo a evitar com que o resto do país se contaminasse caso ocorresse algum problema.

Em Outubro de 1984, inicia-se a segunda fase do novo processo de desenvolvimento chinês, aprofundando o grau de autonomia das empresas estatais e liberalizando ainda mais o comércio exterior e o investimento estrangeiro. Essas foram as decisões do Terceiro Plenário do 12º Congresso do PCC, e visavam uma China mais integrada na economia global, focando-se em um aumento da produção de bens exportáveis.

Para conseguir esta meta, o governo chinês desvalorizou a moeda local em cerca de 36% frente ao dólar, estabelecendo um regime dual de câmbio. Esta medida de desvalorização cambial foi um dos pilares que estimulou as exportações chinesas (RIBEIRO, 2008).

Há que se destacar esta estratégia de abertura gradual, protegendo a indústria e liberalizando apenas setores chave para o desenvolvimento do país: enquanto nas ZEEs, a carga tributária menor e a liberdade relativa atraíam investimentos estrangeiros focados no reprocessamento para exportação; outras indústrias nacionais realizavam seus próprios programas de substituição de importações, possibilitadas pelas barreiras de importação que incentivavam a indústria interna (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Essa liberalização é contínua: em 1986 cria-se o mercado oficial de moeda estrangeira, assim como novos incentivos à *joint ventures*. Concomitantemente, há uma liberalização dos preços.

Apesar de todos os avanços no campo econômico, em termos políticos a situação continuou a mesma: o PCC continuou como governante supremo e não aceitava oposições. O resultado disso foram os protestos na Praça da Paz Celestial em 1989, que acabaram com o massacre de 400 a 800 estudantes. Diversos países mostraram repúdio a atitude do governo chinês e impuseram sanções econômicas, mas não chegaram a romper as relações diplomáticas. Desta forma, tal episódio não parou com o crescimento do país, apenas o atrasou.

A partir da quarta fase, iniciada em 1992, as reformas começaram a ser mais rápidas. Em 1996, o governo estabelece a plena conversibilidade do yuan para as

transações correntes, unifica o mercado de câmbio (substituindo o mercado dual) e adota um regime de bandas cambiais. Isso gera um impacto forte sobre as contas externas do país: há um crescimento nos saldos positivos em transações correntes e, conseqüentemente, uma melhoria na balança de pagamentos (RIBEIRO, 2008).

Estas medidas foram o cerne do novo processo de desenvolvimento chinês, baseado numa estratégia de exportação de manufaturas, que culminou com a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, ano a partir do qual as exportações chinesas dispararam. Isto possibilitou com que a China passasse de um país paupérrimo, marcado em 1978 pela sua imensa população; para se tornar uma potência, que deve ultrapassar o PIB norte-americano em um período curto de tempo, segundo analistas, tendendo a gerar um mercado de polarização sino-cêntrica (CASTRO, 2008).

3.2. O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO¹

De modo a proporcionar uma análise comparativa recente, foca-se no desenvolvimento brasileiro no mesmo período que a China fazia suas principais reformas: desde o final da década de 70 até hoje.

A década de 70 no Brasil começou de modo excepcional, continuando o chamado “milagre brasileiro”, que tinha se iniciado em 1968: até 1973 o país cresceu a uma média de 11% ao ano. Mas enfrentou-se um grande gargalo na produção, já que apesar do setor de bens de consumo duráveis ter se expandido no período, sua utilização se tornou dependente de um parque industrial de bens de capital que não possuíamos. Desta forma, o país acabava tendo que importar para sustentar o parque industrial criado.

Como forma de tentar romper com este estrangulamento, o governo militar criou o II PND (Programa Nacional de Desenvolvimento). As metas do plano foram alcançadas, mas devido a sua forma de viabilização, através de um alto grau de endividamento externo, seu sucesso trouxe consigo a principal causa da inflação da década seguinte.

¹ A base desta seção é a dissertação de mestrado de Alcides Mário Amaral de Oliveira Júnior: Estratégias de Desenvolvimento do Brasil e da China.

A década de 80 foi péssima para o Brasil. Devido à segunda crise do petróleo e o subsequente aumento da taxa de juros norte-americana, o país entrou num círculo vicioso de inflação: a inflação passada empurrava fortemente a inflação presente – foi o fenômeno da inflação inercial. Com uma taxa de inflação acima de 100% ao ano, a emissão de títulos indexados gerava um déficit orçamentário cada vez maior. Para tentar sustentar isso, mais moeda era emitida e assim o processo inflacionário se retroalimentava.

Durante este período, diversas medidas foram adotadas como meio de combater a inflação: políticas de caráter ortodoxo (políticas monetária e fiscal restritivas), que após não mostrarem o resultado esperado, foram transmutadas em políticas de caráter heterodoxo (congelamento de preços, contenção dos salários). Nenhuma delas conseguiu conter o ímpeto feroz da inflação brasileira, mesmo já identificado o caráter previamente desconhecido e peculiar do país: a inércia inflacionária, especialmente em virtude da indexação da economia.

A década de 90 começou com um novo presidente, Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito pelo voto popular direto em mais de 30 anos, mas com os mesmos problemas: inflação mensal ultrapassando 80% e crescimento baixo ou negativo. O novo presidente começou a instituir uma nova visão na economia brasileira, com o início da abertura comercial e financeira, além das privatizações. Mas a inflação inercial ainda era a peça-chave: dois novos planos foram instituídos, o Collor I em 1990 e o Collor II em 1991, e ambos não deram certo. Suas bases eram novos congelamentos de preços, aumento da arrecadação através da criação de novos tributos, suspensão de benefícios não garantidos pela Constituição e medidas de combate à sonegação, além de instituir um regime de câmbio flutuante. O grande problema de ambos os planos é que além de falharem no cumprimento do objetivo principal, puseram a economia em recessão, além de gerar uma perda de credibilidade no sistema financeiro.

Em relação à abertura comercial e às privatizações, ambas se inseriam no PICE (Programa Industrial de Comércio Exterior). Através do PICE foram feitas reformas tarifárias e do comércio exterior, além de ser através dele que surgiu o embrião das privatizações no Brasil (vistas como uma forma de aumentar a competição entre as empresas). Através do Programa Nacional de Desestatizações, diversas companhias foram privatizadas e os recursos acumulados entraram para a arrecadação do governo.

Durante o governo Collor também houve a liberalização das importações, além de haver uma ênfase à política fiscal, vista como essencial para se combater a inflação. Mas decisões políticas controversas (como o sequestro das poupanças) e diversos escândalos de corrupção culminaram em um processo de impeachment, que fez o presidente renunciar em dezembro de 1992, evitando ser deposto.

Com a saída de Collor, seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência. As reformas continuaram e foi sob seu governo que foi implantando o Plano Real, o primeiro a conseguir controlar a inflação brasileira. O ministro da fazenda do período, Fernando Henrique Cardoso (FHC), cercou-se de expoentes do estudo da inflação inercial, e primeiramente reduziu os gastos públicos, controlando as contas do governo. O passo seguinte foi a criação da URV (Unidade Real de Valor), o instrumento que foi a base para a desindexação da economia. Com a inflação controlada, houve a criação de uma moeda forte, o real, que já não trazia consigo a inflação passada.

Na eleição seguinte, Fernando Henrique Cardoso se elegeu na esteira do sucesso do Plano Real. O cerne da política ainda se mantinha em não deixar a inflação se descontrolar, tendo o crescimento econômico um enfoque secundário. No período, há um superaquecimento da economia, que associado a uma crise no México deixa a economia brasileira mais vulnerável ao reduzir as reservas internacionais do país, além de haver um grande problema em relação à balança de pagamentos. Como forma de atuar sobre estas variáveis, as autoridades monetárias fizeram uma desvalorização cambial de 6%, seguida de microdesvalorizações (em que o piso e o teto eram muito próximos) e uma alta na taxa de juros.

A elevada rentabilidade devido à alta taxa de juros atraiu investidores, aumentando as reservas internacionais; além disso, a inflação entrou em queda no período. Deve-se ressaltar que este aumento dos juros, assim como a grande liquidez no mercado internacional, foram fundamentais para que o Plano Real não tivesse o mesmo fim dos planos anteriores.

Entretanto havia muitos problemas a serem resolvidos. Devido à abertura comercial, as importações cresceram muito rapidamente, comprometendo o saldo da Balança Comercial; o déficit em conta corrente também era um sério problema, pois era financiado via novos endividamentos externos e investimento estrangeiro direto, o que implicava num maior pagamento de juros e rendas ao exterior, retroalimentando mecanismo. Ademais, o primeiro governo FHC foi marcado por

uma grande crise fiscal, com uma dívida pública crescente e um déficit público nominal de 7% do PIB (ALMEIDA, 2007).

Com o Plano Real, a taxa de inflação caiu, deixando de ser um problema. Mas o *tradeoff* do programa foi ter deixado o crescimento em segundo plano. A capacidade industrial instalada não se expandiu, houve restrição de crédito, além da já citada elevação da taxa de juros básica associada a um aumento dos depósitos compulsórios. Junte-se a isso uma poupança doméstica baixa e o resultado era a impossibilidade de um crescimento sustentado. Ademais, deve-se realçar o papel dos importados, que após a abertura comercial, invadiram o mercado nacional, e devido à valorização do real, acabaram substituindo parte da produção nacional, mesmo em setores considerados fortes. Em suma, houve uma perda de dinamismo do setor industrial brasileiro.

Neste período, entre 1995 e 1998, a âncora cambial foi a base da política econômica. No primeiro momento ela freou a inflação, mas com a deterioração do saldo em conta corrente (gerando a necessidade de atração de investidores via altos juros, implicando em altos custos financeiros), houve um desgaste deste instrumento, que viria a ruir com as sucessivas crises do fim da década de 90.

No final de 1998, o mercado internacional começou a dar sinais da perda de liquidez frente às sucessivas crises do período. Isto impossibilitou a rolagem da dívida brasileira, gerando uma perspectiva de desvalorização iminente do real, o que acabou gerando uma enorme fuga de capitais.

Nesse cenário de instabilidade, o governo se viu forçado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que aprovou um pacote de empréstimo de US\$41 bilhões mediante o cumprimento de diversas condições macroeconômicas. A principal medida seria atingir um superávit primário de 2,6% em relação ao PIB em 1999. Para isso, adotou-se um regime de austeridade fiscal, com metas rígidas; ademais, foi realizada uma reforma na previdência (incluindo um maior rigor para a obtenção da aposentadoria, o estabelecimento de período mínimo de contribuição, além de mudanças no cálculo dos benefícios advindos da introdução do fator previdenciário), um aumento da alíquota do COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e um grande esforço para a aprovação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira).

O FMI também sugeriu um aumento da taxa de juros, medida impopular por impactar fortemente no crescimento da economia e aumentar o custo do financiamento da dívida pública, mas que foi adotada como forma de atrair investidores e possibilitar a rolagem dessa dívida.

Neste período, a perda de divisas se acelerou e o governo se viu obrigado a desvalorizar a moeda nacional. Junto a isso três medidas essenciais foram tomadas: primeiramente a âncora cambial foi abandonada, adotando-se um sistema de câmbio flutuante sujo (*dirty float*); em segundo, houve o aumento da taxa de juros básica; por último, o sistema de metas de inflação foi adotado, como forma de mostrar o compromisso do governo com a estabilidade dos preços (ALMEIDA, 2007).

Em suma, as medidas adotadas pelo governo deram outra forma à política econômica: substituiu-se a âncora cambial pela política monetária como principal forma de atuar sobre as variáveis macroeconômicas, e incentivar ou reprimir a demanda agregada.

O grande problema destas medidas é que o ano de 1999, assim como o anterior, foi um desastre para o Brasil em relação ao crescimento: o país praticamente estagnou (crescimento de apenas 0,25%) e sofreu uma deterioração dos índices socioeconômicos (ALMEIDA, 2007).

Com a implantação do regime de metas de inflação e a adoção do câmbio flutuante, o governo garantiu uma maior credibilidade no cenário internacional, possibilitando a queda da taxa de juros. Mas ressalta-se que mesmo em declínio, elas continuaram (e continuam) uma das mais altas do mundo.

No período seguinte às mudanças citadas, ou seja, na década de 2000, o Brasil começou dando um indício de crescimento sustentado, ao crescer 4,5% em 2000. Mas não foi o que aconteceu: o país continua na trajetória do *stop and go* da década anterior (cresceu-se a uma média de 1,7% entre 2001 e 2003).

No contexto mundial, a década de 2000 foi caracterizada pelo aumento da liquidez e do comércio internacional, sendo em si uma grande oportunidade para crescer de modo sustentado. De certa forma, o Brasil aproveitou algumas tendências do período para reverter o quadro problemático do passado. Houve uma reversão na balança comercial: o Brasil teve suas exportações fortemente impulsionadas a partir de 2002, gerando grandes superávits comerciais que possibilitaram o pagamento da dívida externa e o aumento do nível de reservas

internacionais. Destaca-se que essa expansão das exportações brasileiras está fortemente associada com o aumento da demanda internacional (uma maior participação de *big players*, como Índia e China, devido à associação de alto crescimento e populações gigantescas) especialmente no setor de commodities, acarretando num aumento de preço; além disso, o Brasil diversificou o mercado de exportação (BARBOSA, 2008).

O resumo deste período áureo de expansão do comércio internacional é que o setor exportador brasileiro foi extremamente fortalecido, mas a participação do setor primário nestas exportações aumentou. Além disso, como as exportações não são tão substanciais frente ao PIB, o crescimento não foi muito impactado, continuando numa trajetória de *stop and go* que se prolonga a quase duas décadas.

Em 2007 e 2008, o Brasil conseguiu sustentar um crescimento mais alto do que o normal, a taxas de 6,09 e 5,16% respectivamente, mas o período de bonança acabou com a crise dos *subprime*, com origem no mercado norte-americano. Com os investidores estrangeiros vendendo suas posições no Brasil para repatriar seus capitais cobrir suas perdas domésticas, o Ibovespa registrou queda expressiva. Essa fuga também gerou um forte impacto na taxa de câmbio, desvalorizando o real. No lado real da economia, as empresas exportadoras sofreram grandes perdas, devido à associação da falta de liquidez internacional e o mercado externo em recessão grave; com o espraiamento da crise, todos os setores foram atingidos, variando no grau do impacto. Em números, o PIB brasileiro decresceu em 0,64% em 2009.

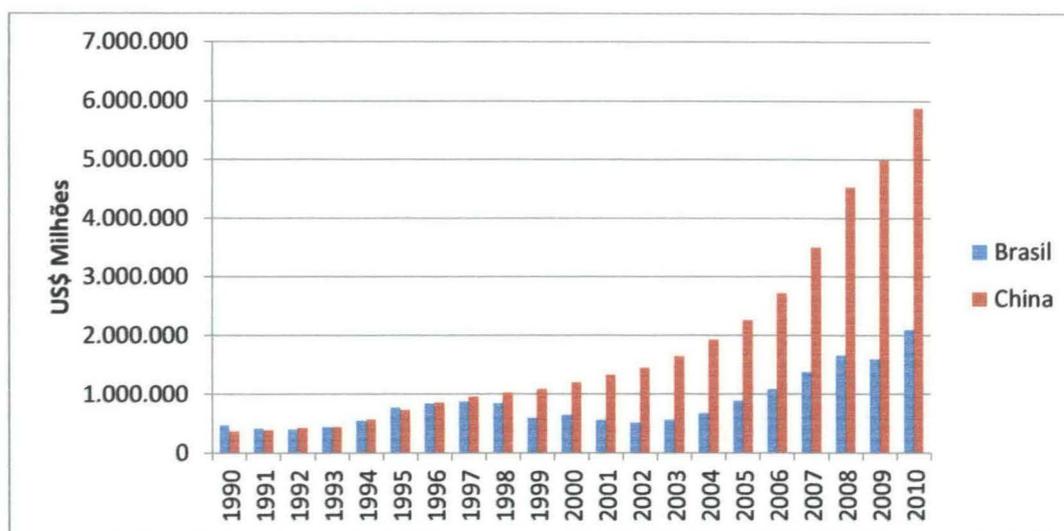
No ano seguinte, o país mostra sinais de recuperação forte, não sendo atingindo tão fortemente como os países desenvolvidos, o que possibilitou um crescimento de 7,49%. O ano de 2011 terá um crescimento mais brando: além da economia brasileira não suportar um crescimento do nível do ano anterior, o cenário externo de crise na zona do euro, contribuiu para que o Banco Central (BACEN) reduzisse a previsão de crescimento do PIB para 3,5%. A crise europeia também possibilitou que o Conselho de Política Monetária (COPOM), reduzisse em 0,5% a taxa SELIC em três reuniões seguidas, fechando o ano de 2011 com 11%, abaixo da expectativa do mercado.

3.3. ANÁLISE COMPARATIVA DE BRASIL E CHINA ENTRE 1990 E 2010

Nesta subseção, busca-se comparar as economias de Brasil e China nas últimas duas décadas, mostrando os impactos dos diferentes caminhos seguidos pelos dois países no período analisado. Para isso serão utilizados diversos indicadores: PIB e PIB per capita e suas taxas de crescimento, participação no PIB mundial, taxa de participação setorial no PIB, formação bruta de capital fixo, volume de investimento estrangeiro direto e saldo da balança comercial.

O gráfico 1 mostra a evolução do PIB nas duas últimas décadas. Em 1990, China e Brasil partiram de um nível quase igual, com uma leve vantagem para o Brasil. Esta “igualdade” durou até 1997, quando a China ultrapassou, mantendo uma trajetória sustentada de crescimento e se distanciando do Brasil, que continuou com um *stop and go* durante o período.

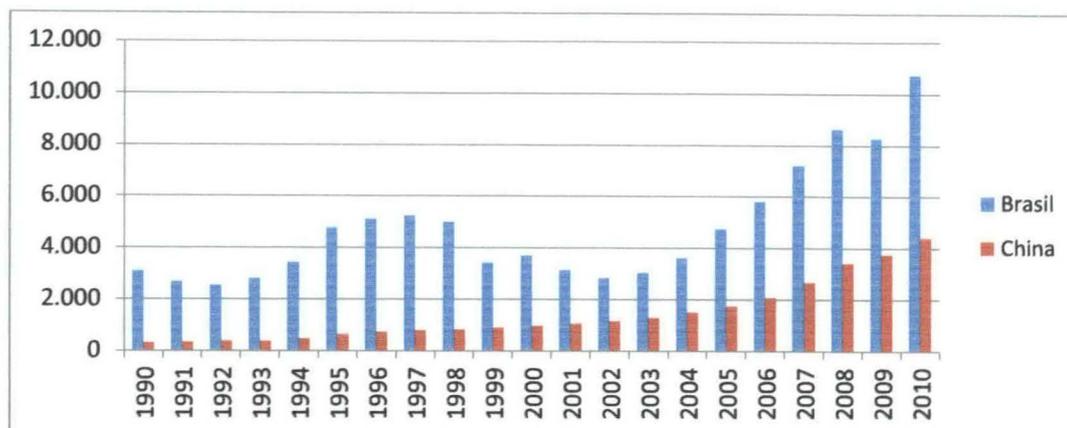
Gráfico 1 – PIB (US\$ correntes) – 1990 a 2010



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

A consequência deste atraso da economia brasileira em conseguir manter um crescimento sustentado e a explosão chinesa pode ser observado no PIB per capita, demonstrado no gráfico 2. Enquanto em 1990 o PIB per capita brasileiro era muito superior ao chinês (US\$ 3.087 contra US\$314), a ascensão deste indicador foi muito menor no nosso país: enquanto a China multiplicou por 14 sua renda per capita, alcançando US\$4.393 em 2010; o Brasil multiplicou por 3, atingindo US\$10.710 no mesmo ano.

Gráfico 2 – PIB per capita (US\$ correntes) – 1990 a 2010



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O resumo do período pode ser visto na tabela 1, que mostra as taxas médias de crescimento em quatro subperíodos entre 1990 e 2010. Em termos de PIB, o Brasil apresentou crescimento pífio em todo o período, especialmente considerando que esse período foi de expansão generalizada. Destacam-se os anos de 2004, 2006, 2007 e 2010, quando a economia brasileira mais de 5%. Em oposição, 1990, 1992, 1998, 1999 e 2010 trazem um cenário de estagnação ou recessão. Olhando-se a taxa de crescimento do PIB per capita a situação é ainda mais deplorável: houve um crescimento negativo no primeiro quinquênio, especialmente com uma forte queda de 5,94% em 1990.

Em relação à China, vê-se um cenário totalmente diferente: há uma expansão forte e sustentada durante todo o período, fazendo com que o PIB cresça a uma média de 10% por ano entre 1990 e 2010. Os anos de maior destaque são entre 1992 e 1994, e 2007, quando o PIB cresceu a mais de 13% por ano. Devido à política de controle da natalidade implantada pelo governo chinês e ao pelo alto crescimento do PIB, o PIB per capita também cresce a níveis elevados, não sendo muito afetado pelo aumento populacional.

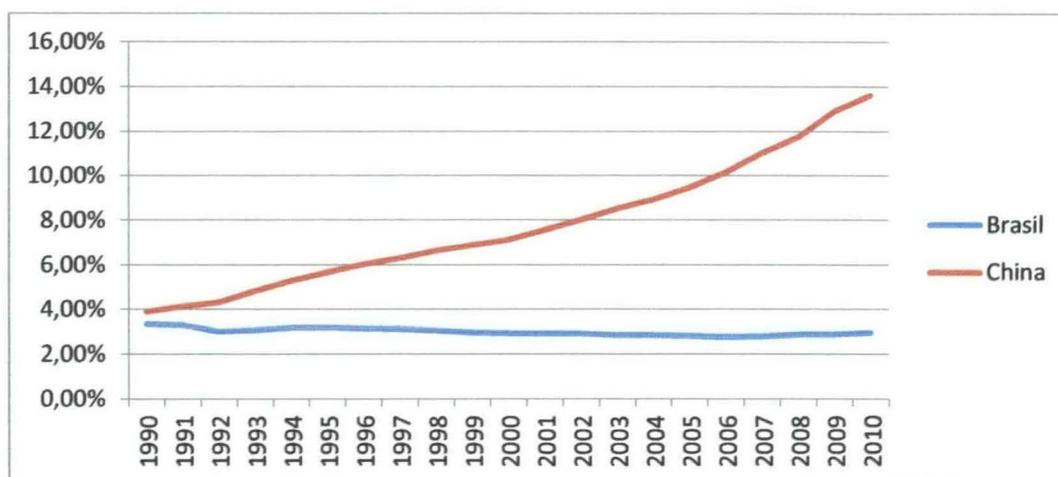
Tabela 1 – Taxas médias de crescimento do PIB e do PIB per capita (%) – 1990 a 2010

País	Taxa de crescimento do PIB (% anual)		Taxa de crescimento do PIB per capita (% anual)	
	Brasil	China	Brasil	China
1990-1994	1,35%	10,86%	-0,26%	9,47%
1995-1999	2,05%	9,12%	0,51%	8,04%
2000-2004	3,03%	9,18%	1,65%	8,44%
2005-2010	4,20%	11,22%	3,19%	10,62%

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O impacto dessas mudanças pode ser visto claramente no gráfico 3. O Brasil perde participação no PIB mundial em termos de paridade do poder de compra, passando de 3,3% em 1990 para 2,94% em 2010; a China ganha posição, sai de 3,88% em 1990 para 13,61% em 2010.

Gráfico 3 – Participação no PIB mundial (% em US\$ PPC) – 1990 a 2010



Fonte: FMI. Elaboração própria.

Fazendo-se uma análise setorial – tabela 2, podemos ver que as estruturas produtivas dos dois países são muito diferentes. No Brasil, o setor agrícola, que já agregava pouco em 1990, perde participação. O setor de serviços se expande fortemente no período (o que é uma tendência), mas o custo disso foi a perda de participação das indústrias. No começo dos anos 90, o setor industrial chegou a ser responsável por quase 42% do PIB, mas houve uma perda gigantesca de competitividade no período de abertura comercial, com a chegada de transnacionais

e a invasão de importados baratos (devido ao real sobrevalorizado), tornando-o hoje responsável por apenas 26% do PIB.

Ao se analisar a China, vê-se uma mudança setorial ainda mais brutal. Em 1990 a agricultura respondia por 27% do PIB, mas a cada ano sua participação diminuiu, atingindo apenas 9,5% em 2010. Em contrapartida, o setor industrial tem uma expansão na participação, passando de 41% em 1990 para 44% em 2010, destacando que o índice atingiu quase 48% antes da crise dos *subprime*. O setor de serviços, acompanhando a tendência já citada, também se expandiu, passando de 31,5% em 1990 para 46% em 2010.

Cabe-se ressaltar que esse comportamento setorial na China é compatível com a estratégia de desenvolvimento adotada, baseada no desenvolvimento industrial voltado à exportação, em que os investimentos estrangeiros diretos tiveram papel essencial.

Tabela 2 – Participação setorial no PIB de Brasil e China – 1990 a 2010

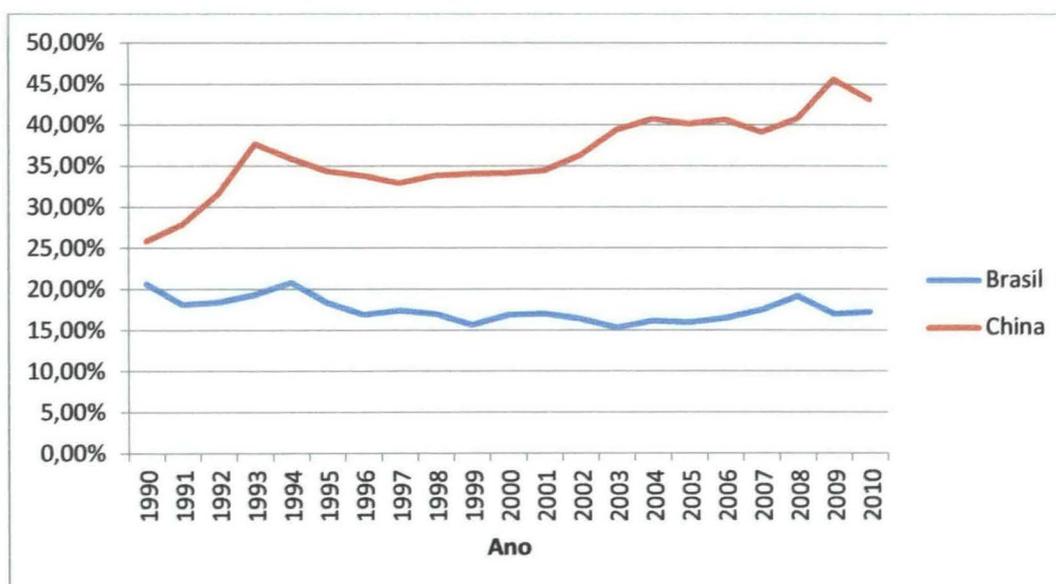
Ano	Brasil			China		
	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
1990	8.10%	38.69%	53.21%	27.12%	41.34%	31.54%
1991	7.79%	36.16%	56.05%	24.53%	41.79%	33.69%
1992	7.72%	38.70%	53.58%	21.79%	43.45%	34.76%
1993	7.56%	41.61%	50.83%	19.71%	46.57%	33.72%
1994	9.85%	40.00%	50.15%	19.86%	46.57%	33.57%
1995	5.77%	27.53%	66.70%	19.96%	47.18%	32.86%
1996	5.51%	25.98%	68.50%	19.69%	47.54%	32.77%
1997	5.40%	26.13%	68.47%	18.29%	47.54%	34.17%
1998	5.52%	25.66%	68.82%	17.56%	46.21%	36.23%
1999	5.47%	25.95%	68.58%	16.47%	45.76%	37.77%
2000	5.60%	27.73%	66.67%	15.06%	45.92%	39.02%
2001	5.97%	26.92%	67.10%	14.39%	45.15%	40.46%
2002	6.62%	27.05%	66.33%	13.74%	44.79%	41.47%
2003	7.39%	27.85%	64.77%	12.80%	45.97%	41.23%
2004	6.91%	30.11%	62.97%	13.39%	46.23%	40.38%
2005	5.71%	29.27%	65.02%	12.12%	47.37%	40.51%
2006	5.47%	28.78%	65.75%	11.11%	47.95%	40.94%
2007	5.56%	27.81%	66.63%	10.77%	47.34%	41.89%
2008	5.90%	27.91%	66.19%	10.73%	47.45%	41.82%
2009	6.08%	25.42%	68.50%	10.33%	46.24%	43.43%
2010	6.00%	25.95%	68.05%	9.53%	44.58%	45.89%

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Outro indicador importante a ser analisado é a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) – mostrado no gráfico 4 –, pois indica o grau de confiança do empresariado em relação ao futuro ao mostrar se a capacidade produtiva nacional está se expandindo.

O que se vê é uma situação extremamente problemática para o Brasil, pois a FBKF caiu no período analisado, especialmente a partir da abertura comercial, passando de 20% em 1990 para 17% do PIB em 2010. Este cenário mostra a falta de confiança dos empresários de investir no Brasil, fator que limita o crescimento nacional. Por outro lado, a China expandiu sua FBKF em 66% no mesmo período, passando de um nível já alto de 26% em 1990 para 43% em 2010.

Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB) – 1990 a 2010

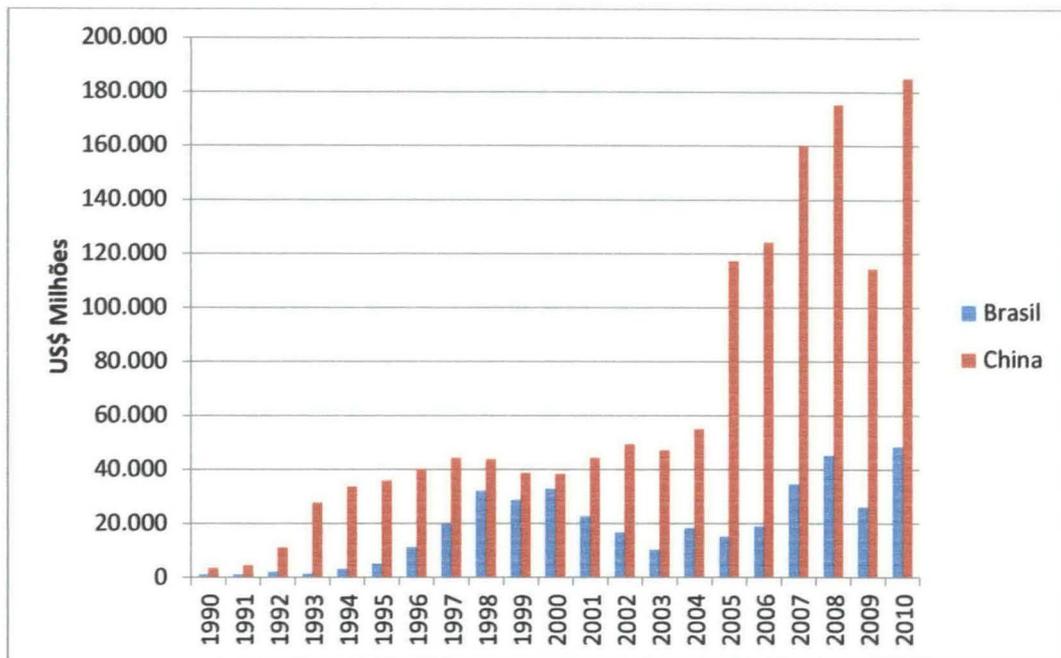


Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Outro elemento chave a ser analisado, já que foi um dos pilares da estratégia de desenvolvimento chinesa, é o volume de Investimento Estrangeiro Direto (IED), mostrado no gráfico 5. Percebe-se que em 1993 a China teve um grande crescimento no afluxo de IED, na casa 146%. A trajetória de crescimento se manteve, mas a um nível mais baixo até 2005, quando o volume de IED atingiu US\$117 bilhões (crescimento de 113% em relação ao ano anterior). Em 2009, com a crise houve uma grande queda no IED devido à crise, mas no ano seguinte o volume de IED pré-crise foi superado, atingindo US\$185 bilhões.

No Brasil, os IED só cresceram a partir da metade da década de 90, atingindo seu ápice com as grandes privatizações do período e depois decaindo até 2003. Deste ano em diante o IED cresceu, à exceção de 2005 e 2009, e em 2010 alcançou US\$48 bilhões.

Gráfico 5 – Volume de Investimento Estrangeiro Direto (em US\$ milhões) – 1990 a 2010

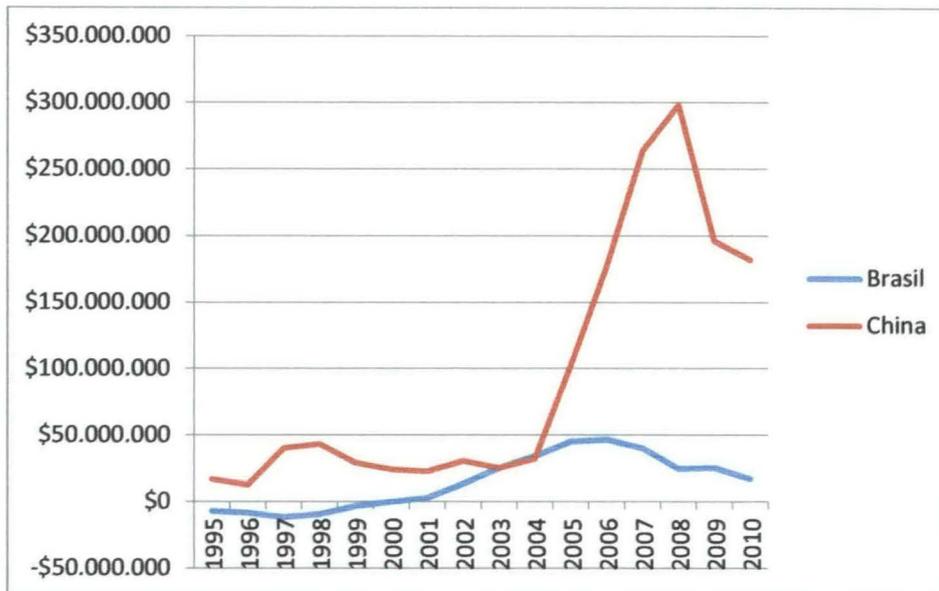


Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Em relação ao gráfico 6, podemos analisar o saldo da Balança Comercial. O Brasil apresentou sucessivos déficits na década de 90 até acabar com a âncora cambial, desvalorizando o real. Isto, associado a um aumento na cotação das commodities no mercado internacional, possibilitou a obtenção de sucessivos superávits comerciais na década seguinte.

A China por sua vez já apresentava superávits comerciais desde 1995, mas até 2004 eles cresceram relativamente pouco. Mas em 2005 há uma forte expansão, que continuou no período seguinte até sofrer queda brusca em 2009. Em 2010 o superávit comercial chinês também cai (a um ritmo menor que no ano anterior), devido ao fato que a recuperação econômica fez com que as importações crescessem muito mais que as exportações (40% contra 31%).

Gráfico 6 - Saldo da Balança Comercial (em US\$ milhões) – 1995 a 2010



Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

3.3.1 Resumo dos indicadores macroeconômicos

Em suma, podemos depreender certos fatores que afetaram o desenvolvimento de cada país. Primeiramente deve-se destacar que a China conseguiu estabilizar o país já na década de 80, o que possibilitou que com que o crescimento fosse o objetivo central nas décadas seguintes. Por outro lado, o Brasil enfrentou forte um grande problema inflacionário na década de 80 que só seria resolvido com o Plano Real.

Esta estabilidade, associada a uma grande formação bruta de capital fixo (possível graças a uma alta taxa de poupança doméstica), um alto nível de investimento estrangeiro direto e uma política econômica voltada para a exportação de manufaturados, possibilitou que a média do crescimento chinês nas duas últimas décadas girasse em torno de 10% ao ano.

No Brasil, havia um cenário de instabilidade, com uma inflação inercial descontrolada, o que fez com que todos os esforços se voltassem ao seu combate, deixando o crescimento em segundo plano. Isso durou mais de uma década. Neste último quinquênio que o crescimento foi possibilitado, com uma forte expansão de 7,5% em 2010, mas em 2011 haverá um crescimento mais brando frente à crise europeia.

4. ANÁLISE COMPARATIVA DAS PAUTAS DE EXPORTAÇÃO DE BRASIL E CHINA ENTRE 1998 E 2010

Este capítulo pretende fazer uma análise comparativa da evolução das pautas de exportação de Brasil e China entre 1998 e 2010, tendo como base alguns artigos que discutem o tema – especialmente Blásquez-Lidoy *et al.* (2007), Batista (2005), Jenkins & Peters (2007) e Hiratuka & Sarti (2007).

Através do uso de diversos índices, pretende-se evidenciar os impactos diretos, as tendências e os possíveis problemas. Para tanto, este capítulo se divide em cinco seções: a primeira analisa a composição das pautas de exportação do Brasil e da China, a segunda analisa o coeficiente de especialização, a terceira explicita as vantagens comparativas reveladas de Balassa, a quarta faz uma análise de Constant-Market-Share e por último analisa-se o comércio bilateral entre os países analisados.

4.1. ANÁLISE DAS PAUTAS DE EXPORTAÇÃO DE BRASIL E CHINA

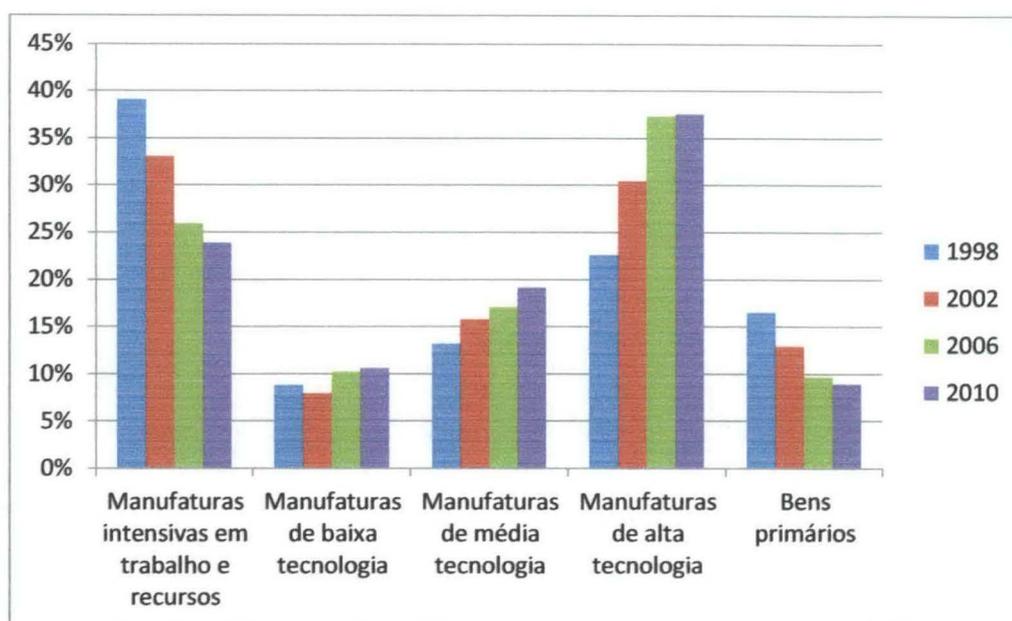
A primeira análise que pode ser feita para comparar o desempenho comercial de Brasil e China é a comparação de suas pautas de exportação, o que possibilita observar uma dinamização ou concentração num setor. Esta seção está dividida em duas: a primeira parte foca-se no nível de intensidade tecnológica das pautas através de uma subdivisão da Standard International Trade Classification, Revisão 3 (SITC, Rev. 3) e a segunda faz uma divisão pelos 10 setores de um dígito da SITC, Rev. 3.

4.1.1. Nível de intensidade tecnológica das exportações

Analisando o nível de intensidade tecnológica das exportações, observa-se uma grande disparidade entre os dois países. A China, mostrada no gráfico 7, devido à sua estratégia de desenvolvimento específica, apresentou um grande queda na participação das manufaturas intensivas em trabalho e recursos naturais, que em 12 anos perderam 15% da participação, atingindo 24% em 2010. Os bens

primários também caíram em percentual, especialmente porque estão sendo destinados quase que exclusivamente ao consumo doméstico. O destaque foram as manufaturas de alta tecnologia, que passaram de 23% para 38% no período. Em suma, há uma dinamização da economia chinesa, que exporta produtos com cada vez mais valor agregado, dependendo pouco de commodities, o que diminui a chance de oscilações na balança comercial em possíveis cenários de instabilidades de preços.

Gráfico 7 – Participação setorial nas exportações chinesas por nível intensidade tecnológica² (%) – 1998 a 2010



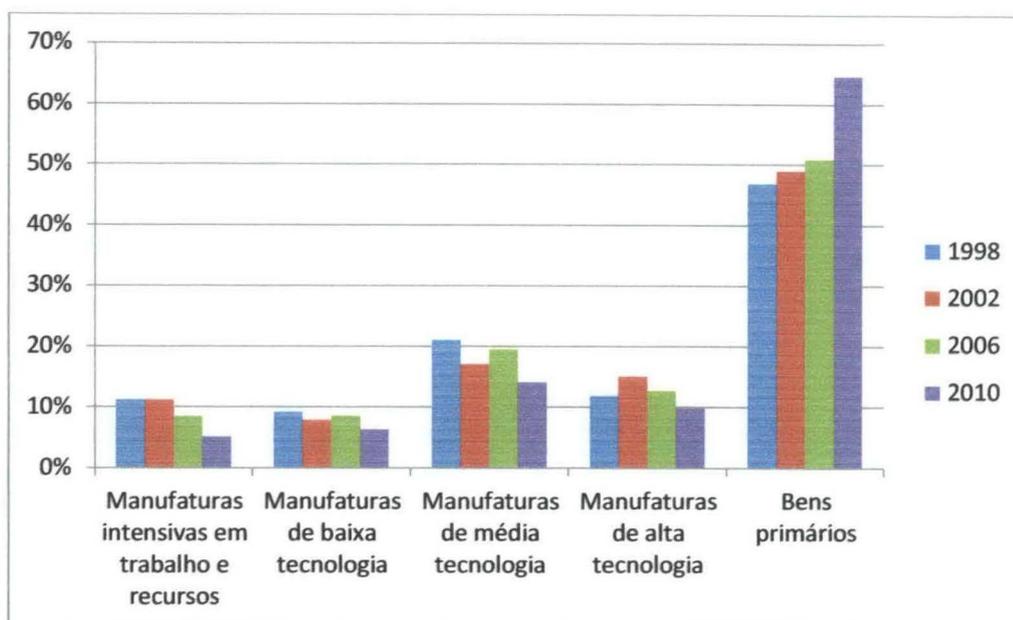
Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

Em relação ao Brasil (gráfico 8), o cenário é distinto. Percebe-se claramente que as manufaturas como um todo perderam participação no período, o que possibilita deduzir uma perda de competitividade das indústrias nacionais. Por outro lado, os bens primários, que já tinham uma alta participação nas exportações em 1998, ganharam ainda mais relevância, alcançando 65% do total em 2010. Vê-se que esta evolução se deu especialmente entre 2006 e 2010, quando há uma expansão de mais de 14% na participação desses bens.

² Esta é uma subdivisão dos setores da SITC, Rev. 3, onde bens primários são o resíduo das exportações totais menos o somatório dos manufaturados. Para detalhamento de cada estrutura, acessar: http://unctadstat.unctad.org/UnctadStatMetadata/Classifications/UnctadStat.SitcRev3Products.DegreeOfManufacturing.Classification_En.pdf

O grande problema do país é que esta pauta de exportações está muito associada às oscilações no mercado mundial, pois instabilidades nas cotações das commodities diminuem a possibilidade de superávit comercial. Ademais, ainda não se sabe se o *boom* nos preços das commodities será sustentado ou não.

Gráfico 8 – Participação setorial nas exportações brasileiras por nível de intensidade tecnológica (%) – 1998 a 2010



Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

Em suma, aqui já se desenha a discrepância dos modelos adotados pelos dois países: uma abordagem mais ricardiana no Brasil e na China o oposto, a “adoção” de algo mais voltado às vantagens competitivas.

4.1.2. Divisão por setores do SITC

Esta seção visa analisar as pautas de exportação pelos setores de um dígito do SITC, de modo a possibilitar uma visão agregada. Esta classificação será a utilizada nas próximas seções para calcular os índices e fazer comparações.

Observando os dados da China da tabela 3, vê-se uma correspondência com os resultados da subseção anterior: os bens primários, que já possuíam participação minoritária, perderam ainda mais espaço nas exportações, havendo uma ascensão

do setor de maquinário e equipamentos de transporte, que passou 27% do total em 1998, para 49,5% em 2010. Houve uma consolidação desse setor associado ao de manufaturados, que somados respondem por 89% do total das exportações. Além da participação, destaca-se a ascensão das exportações considerando apenas o valor monetário: parte-se de US\$183 bilhões em 1998, para US\$1.577 bilhões em 2010, ou seja, multiplicou-se o valor por oito.

Tabela 3 – Participação setorial no total de exportações da China (%) – 1998 a 2010

	1998	2002	2006	2010
Alimentos e animais vivos	5,77%	4,49%	2,65%	2,61%
Bebidas e tabaco	0,53%	0,30%	0,12%	0,12%
Matérias-primas, excluindo combustíveis	1,91%	1,35%	0,81%	0,74%
Combustíveis minerais, lubrificantes e correlatos	2,82%	2,59%	1,83%	1,69%
Óleos animal e vegetal, gorduras e ceras	0,17%	0,03%	0,04%	0,02%
Produtos químicos e correlatos	5,61%	4,71%	4,60%	5,55%
Bens manufaturados	17,67%	16,26%	18,04%	15,79%
Maquinário e equipamento de transporte	27,32%	39,00%	47,10%	49,51%
Outros artigos manufaturados	38,19%	31,07%	24,56%	23,89%
Commodities e transações não-classificadas	0,00%	0,20%	0,24%	0,09%

Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

Em relação à situação brasileira, há concentração das exportações em bens primários. Destaca-se o aumento da participação de combustíveis minerais, que passaram de apenas 0,69% em 1998, para 10% em 2010, depreendendo que isso seja em decorrência da descoberta de novos poços de petróleo e da expansão da Petrobrás. Os outros dois setores que ganham participação são os de alimentos e animais vivos, e o de matérias-primas, que juntos respondem por 50% das exportações.

Tabela 4 – Participação setorial no total de exportações do Brasil (%) – 1998 a 2010

	1998	2002	2006	2010
Alimentos e animais vivos	20,26%	19,54%	18,44%	22,90%
Bebidas e tabaco	3,18%	1,72%	1,32%	1,45%
Matérias-primas, excluindo combustíveis	15,54%	15,15%	16,39%	26,67%
Combustíveis minerais, lubrificantes e correlatos	0,69%	4,88%	7,68%	10,05%
Óleos animal e vegetal, gorduras e ceras	1,92%	1,47%	1,02%	0,83%
Produtos químicos e correlatos	6,25%	6,00%	6,73%	6,20%

Bens manufaturados	19.91%	18.68%	18.13%	11.83%
Maquinário e equipamento de transporte	24.65%	24.40%	24.24%	16.78%
Outros artigos manufaturados	5.61%	5.55%	3.66%	2.38%
Commodities e transações não-classificadas	1.99%	2.60%	2.38%	0.92%

Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

Esta subseção confirma a visão anterior da dualidade e complementariedade dos modelos brasileiro e chinês, apenas fazendo uma subdivisão maior da pauta: Enquanto no Brasil se exporta mais bens de baixo valor agregado, como alimentos e matérias-primas, a China foca-se na exportação de produtos manufaturados, de alto valor agregado.

4.2. COEFICIENTE DE SIMILARIDADE

Para começar a detalhar mais a competição entre Brasil e China, começaremos utilizando o coeficiente de similaridade, que mostra o quão parecidas são as pautas de exportação. O índice é o mesmo utilizado por Blásquez-Lidoy *et al.* (2007), mas aplicado diretamente entre os dois países analisados.

$$CS = 1 - \frac{1}{2} \sum_n |a_{bt}^n - a_{ct}^n|$$

Onde:

a_{bt}^n = percentual do setor n nas exportações totais do Brasil

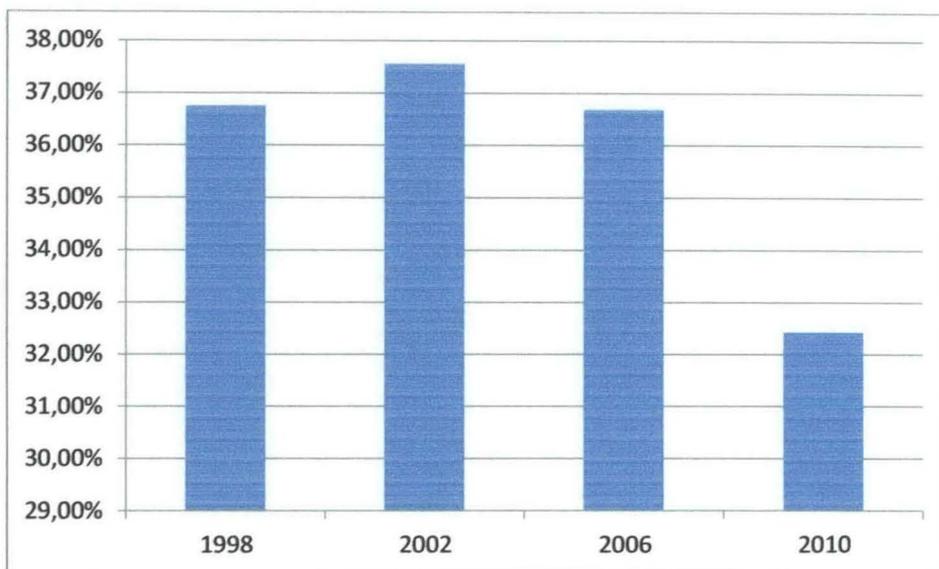
a_{ct}^n = percentual do setor n nas exportações totais da China

Este índice varia de 0 a 1: quando atinge 1, significa que as duas estruturas de exportação são absolutamente iguais; no lado oposto, quanto mais próximo de 0, mais diferentes e complementares são essas estruturas. Subentende-se que quanto maior o índice de similaridade, maior a tendência de competição entre as economias.

Os cálculos foram feitos usando o SITC, revisão 3, com dois dígitos, totalizando 66 produtos. Observando-se o gráfico 9, vê-se que a economia é claramente complementar à chinesa. Em 1998 o índice já era relativamente baixo (36.76%). O ano de 2002 trouxe consigo um leve aumento, mas no período seguinte

há uma queda brusca, atingindo em 32,42% em 2010. Isto confirma a complementariedade das pautas de exportação, o que já era esperado conforme visto na seção anterior.

Gráfico 9 – Competição comercial chinesa com o Brasil (%) – 1998 a 2010



Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

Cabe-se fazer uma ressalva que o caso do Brasil não é único na região a possuir este padrão na pauta de exportação: a América Latina como um todo tem uma tendência de ser complementar à China, com a exceção do México, que possui coeficientes de especialização mais elevados, na casa de 50%.

4.3. ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA

Como forma de observar as vantagens comparativas, utilizaremos o índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR), conceito simples elaborado por Balassa (1965) para determinar a existência de vantagem comparativa através do comércio exterior (KRUGMAN & OBSTFELD, 2005).

$$VCR_j = \left(\frac{X_{ij}}{X_i} \right) / \left(\frac{X_{wj}}{X_w} \right)$$

Onde:

X_{ij} = valor total das exportações brasileiras i do produto j

X_i = valor total das exportações brasileiras i

X_{wj} = valor total das exportações mundiais w do produto j

X_w = valor total das exportações mundiais w

O índice compara a proporção de um produto (ou setor) nas exportações totais de um país com a proporção deste mesmo produto nas exportações mundiais. Assim, um valor de 1 significa que há uma situação de neutralidade, com participações iguais no país e no mundo. Valores acima de 1 representam uma maior participação no país do que no mundo do produto, revelando uma vantagem comparativa.

Observando primeiramente a China (tabela 5), vê-se que durante o período analisado há uma consolidação das vantagens comparativas de 1998. Bens manufaturados e outros artigos manufaturados mantêm suas vantagens. O setor de maquinário e equipamentos de transporte se solidifica, ganhando musculatura, o que possibilitou a geração de vantagens comparativas. Os outros setores são totalmente secundários: eles não possuem vantagens, o que é de se esperar já que não são o foco da política de desenvolvimento chinesa, e conseqüentemente possuem uma participação minoritária no total das exportações (à exceção do setor de produtos químicos e correlatos).

Tabela 5 – Índice de vantagens comparativas reveladas da China – 1998 a 2010

	1998	2002	2006	2010
Alimentos e animais vivos	0.88	0.78	0.54	0.45
Bebidas e tabaco	0.48	0.32	0.16	0.16
Matérias-primas, excluindo combustíveis	0.57	0.45	0.24	0.17
Combustíveis minerais, lubrificantes e correlatos	0.46	0.27	0.13	0.11
Óleos animal e vegetal, gorduras e ceras	0.32	0.08	0.10	0.05
Produtos químicos e correlatos	0.59	0.46	0.45	0.49
Bens manufaturados	1.17	1.18	1.28	1.20
Maquinário e equipamento de transporte	0.66	0.97	1.27	1.46
Outros artigos manufaturados	2.91	2.47	2.25	2.18
Commodities e transações não-classificadas	0.00	0.06	0.07	0.02

Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

O Brasil (tabela 6), confirmando a hipótese de possuir uma economia complementar à chinesa, possui vantagens comparativas apenas nos setores mais primários. Isso é correspondente com a grande participação de commodities nas exportações. Destaca-se ainda que há um aumento das vantagens no setor de alimentos e animais vivos, e matérias-primas. Por outro lado, o setor de bens manufaturados, que possuía vantagens em 1998, perdeu-as no período.

Tabela 6 – Índice de vantagens comparativas reveladas do Brasil – 1998 a 2010

	1998	2002	2006	2010
Alimentos e animais vivos	3.07	3.40	3.76	3.91
Bebidas e tabaco	2.86	1.80	1.74	1.89
Matérias-primas, excluindo combustíveis	4.61	4.99	4.76	6.27
Combustíveis minerais, lubrificantes e correlatos	0.11	0.51	0.53	0.65
Óleos animal e vegetal, gorduras e ceras	3.66	3.75	2.74	1.50
Produtos químicos e correlatos	0.66	0.58	0.65	0.55
Bens manufaturados	1.32	1.35	1.29	0.90
Maquinário e equipamento de transporte	0.60	0.61	0.65	0.49
Outros artigos manufaturados	0.43	0.44	0.33	0.22
Commodities e transações não-classificadas	0.69	0.76	0.65	0.24

Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

As tabelas dos índices de vantagens comparativas reveladas de Brasil e China continuam a comprovar o que já se pronunciava: como, segundo a teoria ricardiana, exportamos produtos em que temos vantagem em maior quantidade, depreende-se que as possuímos nos setores mais primários. Uma situação de oposição ao o caso chinês, onde criaram-se vantagens em setores mais avançados.

4.4. ANÁLISE DE CONSTANT-MARKET-SHARE

A análise do Constant-Market-Share (CMS), proposta originalmente por Richardson (1971), parte de um pressuposto básico: a participação das exportações de um país no total de exportações mundiais deve ser constante ao longo do tempo. Caso haja alguma alteração, ela se dará em consequência de um ganho ou perda de competitividade do setor exportador (BATISTA, 2005).

O modelo permite decompor a taxa de crescimento das exportações em quatro efeitos distintos:

- a) Efeito crescimento do comércio mundial: aumento das exportações em decorrência do aumento do comércio mundial.
- b) Efeito composição da pauta: efeito ligado a mudanças estruturais na pauta de exportação, sendo positivo se houver concentração em mercadorias de maior expansão.
- c) Efeito distribuição: mudanças decorrentes da expansão do mercado de destino das exportações para países mais ou menos dinâmicos.
- d) Efeito competitividade (residual): é a diferença do crescimento efetivo das exportações e o crescimento se a participação de cada bem, em cada mercado, continuasse a mesma.

A análise de CMS é importante para determinar ganhos e perdas de competitividade do setor externo em termos monetários. mas deve-se ressaltar sua principal limitação: devido ao fato de possuir um caráter *ex-post*, impossibilita estabelecer causalidades diretas. Contudo, isso não invalida seus resultados.

É usado como referência o trabalho de Batista (2005), que concluiu que as alterações no padrão de comércio brasileiro na última década seguem uma tendência: há um ganho de competitividade frente às economias mais avançadas e uma perda de competitividade para os países emergentes.

Os ganhos de competitividade se concentram na exportação de aviões, alguns produtos intensivos em recursos naturais, compressores para refrigeradores, peças de veículo e essencialmente, dos bens primários. À exceção dos bens primários, os ganhos são relacionados à transferência de capacidade de exportação dos países avançados aos emergentes, através de investimentos estrangeiros diretos.

As perdas, segundo o autor, devem-se principalmente à ascensão chinesa, se concentrando no setor de vestuário e calçados, e manufaturas de baixa intensidade tecnológica.

Aqui, usando-se a metodologia de Richardson (1971), faz-se uma simplificação do modelo CMS, para mostrar mais claramente os ganhos e perdas da competitividade do Brasil no comércio mundial, excluindo os outros três efeitos. Destaca-se que não há como identificar causalidades por esse modelo, mas

aplicando as inferências da metodologia de Batista (2005), pode-se concluir que grande parte dos impactos é relativa à ascensão chinesa.

O efeito competitividade é calculado através da fórmula:

$$EC = \sum X_{ipt}^n - a_{ip0}^n \times M_{pt}^n$$

Onde:

X_{ipt}^n = Exportações do país i para a região p , no setor n , no período t .

a_{i0}^n = Participação das exportações do país i no setor n no total de importações da região p , no período zero.

M_t^n = Total de importações da região p no setor n , no período t .

O resultado pode ser visto na tabela 7 e mostra, à primeira vista, uma situação de certa forma confortável do Brasil. Há um ganho de competitividade imenso no período analisado (1998 e 2010), com expansões maiores nos setores de alimentos e animais vivos, matérias-primas e combustíveis minerais.

Mas percebe-se logo que afirmar que esses resultados são inteiramente benéficos é uma falácia. Os ganhos concentram-se nos três setores citados, basicamente bens primários, o que pode gerar instabilidades futuras; os setores de maior valor agregado, mais dinâmicos, como os manufaturados e de maquinário, ou perderam competitividade ou ganharam muito pouco frente ao quadro geral.

Por outro lado a China apresenta ganhos substanciais de competitividade exatamente nos setores mais dinâmicos: maquinários e manufaturas. Deve destacar que os ganhos chineses são muito maiores que os brasileiros, o que em parte deve-se ao fato da economia chinesa ser maior; mas deve-se lembrar que em 1998 as exportações eram quatro vezes maiores que as brasileiras, enquanto hoje são dez vezes maiores, o que mostra que a expansão da China foi muito mais vultosa no mesmo período.

Tabela 7 – Perdas e ganhos de competitividade do Brasil e da China no comércio internacional (US\$ milhões) – 1998 a 2010

	Brasil	China
Alimentos e animais vivos	\$21.560	\$16.008
Bebidas e tabaco	-\$111	-\$211
Matérias-primas, excluindo combustíveis	\$28.631	-\$1.254
Combustíveis minerais, lubrificantes e correlatos	\$17.391	-\$9.020
Óleos animal e vegetal, gorduras e ceras	-\$1.129	-\$562
Produtos químicos e correlatos	\$2.512	\$52.663
Bens manufaturados	-\$280	\$167.770
Maquinário e equipamento de transporte	\$3.570	\$656.393
Outros artigos manufaturados	-\$1.802	\$352.868
Commodities e transações não-classificadas	-\$3.557	\$1.438

Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

As perdas e ganhos de competitividade de Brasil e China resumem os modelos adotados por cada país, comprovando as afirmações das seções anteriores. O Brasil ganhou competitividade nos setores primários, mas mesmo nestes setores, o ganho foi uma parcela ínfima do ganho de competitividade chinês, especialmente porque o país passou a exportar mais produtos de baixo valor agregado, o oposto do que aconteceu no país asiático.

4.5. COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-CHINA

Esta seção tem como objetivo mostrar os impactos diretos do crescimento chinês, através da análise do comércio bilateral.

Antes de observar a tabela 8, destaca-se o grande aumento do fluxo de comércio entre os dois países: as exportações chinesas para o Brasil passaram de US\$1 bilhão em 1998 para US\$24,4 bilhões em 2010; as exportações brasileiras para China o valor passou de US\$900 milhões para US\$30,7 bilhões no mesmo período.

Ao se analisar a tabela 9, que mostra o saldo comercial brasileiro com a China, observa-se mais claramente as tendências do período. Primeiramente, o Brasil sustentou um saldo positivo desde 2002, que se expandiu especialmente entre 2006 e 2010, devido à maior exportação de matérias-primas. Mas como já

citado neste trabalho, o superávit brasileiro se concentra nos setores primários, todos os setores mais dinâmicos possuem déficit com a China.

Tabela 8 – Saldo comercial do Brasil com a China por setor (US\$ milhões) – 1998 a 2010

	1998	2002	2006	2010
Alimentos e animais vivos	\$181	-\$6	\$67	\$416
Bebidas e tabaco	\$6	\$69	\$77	\$342
Matérias-primas, excluindo combustíveis	\$436	\$1.648	\$5.864	\$22.210
Combustíveis minerais, lubrificantes e correlatos	-\$84	-\$223	\$611	\$3.723
Óleos animal e vegetal, gorduras e ceras	\$112	\$126	\$115	\$794
Produtos químicos e correlatos	-\$77	-\$159	-\$516	-\$1.793
Bens manufaturados	-\$78	\$123	-\$639	-\$3.753
Maquinário e equipamento de transporte	-\$313	-\$293	-\$3.373	-\$11.184
Outros artigos manufaturados	-\$364	-\$244	-\$1.188	-\$4.463
Commodities e transações não-classificadas	\$0	\$13	\$5	-\$2
TOTAL	-\$181	\$1.055	\$1.022	\$6.292

Fonte: UNCTAD. Elaboração própria.

O saldo comercial do Brasil com a China é apenas um reflexo do próprio padrão de exportação brasileiro, ou seja, exportam-se bens primários e importam-se bens de maior valor agregado, refletindo em altos déficits nestes setores específicos, mesmo que o resultado final seja um superávit no saldo total. Algo que deve ser ressaltado é que o padrão de exportação do Brasil não se alterou, desde 1998 se manteve o mesmo, com alterações nos valores.

5. CONCLUSÃO

Com a ascensão da China a partir das décadas de 80 e 90 e a abertura comercial brasileira, muitos questionam o modelo de especialização das exportações brasileiras frente ao modelo chinês, que é totalmente distinto. A dinamização da pauta deste novo *big player* em comparação à primarização da pauta brasileira é o cerne da questão. Este trabalho comprovou esta tendência e mostrou os aspectos positivos e negativos deste problema.

Salienta-se primeiramente que as duas economias seguiram estratégias de desenvolvimento diferentes. A China, através das reformas iniciadas com Deng Xiaoping em 1978, abriu sua economia gradualmente, protegendo setores chave, focando-se na exportação de bens com valor agregado cada vez maior. A atração de investimentos estrangeiros diretos via ZEEs foi essencial para possibilitar o crescimento sustentado, que alcançou uma taxa média de aproximadamente 10% ao ano.

O Brasil seguiu um modelo diferente. Devido ao cenário de instabilidade interna da década de 80, o crescimento ficou em segundo plano, tornando o combate à inflação inercial (que contaminava a economia no período) a principal meta econômica do período – foi nesta época que se adotou uma estratégia liberal, focada no curto prazo. Com o Plano Real, que viria a pôr fim na inflação, houve uma política de abertura comercial relativamente brusca em relação à chinesa. A associação disto com um câmbio sobrevalorizado resultou numa invasão de produtos importados, substituindo a produção nacional e prejudicando fortemente o setor industrial, especialmente quando se analisa a participação deste setor nas exportações.

Esta análise macroeconômica é fundamental para entender os resultados do comércio internacional de ambos os países. Em relação à China, vê-se claramente uma tendência de dinamização do setor exportador, que ao se concentrar nas manufaturas (existem até restrições à exportação de produtos primários), agrega cada vez mais valor à pauta. Associado a isso está o fato dos bens exportados se tornarem mais intensivos em tecnologia, o que é um impulso ainda maior à citada dinamização. Pode-se depreender o caso chinês como sendo uma estratégia mais voltada ao modelo das vantagens competitivas de Porter, em que se buscam retornos crescentes e a dotação de fatores é posta em segundo plano.

O caso brasileiro precisa ser analisado com mais cuidado, especialmente quando associado à China. No curto prazo, a China indubitavelmente traz resultados positivos para o Brasil. Como mostrado pelos índices de similaridade e de vantagens comparativas reveladas, as estruturas de exportação dos dois países são complementares, de modo que, à primeira vista, não há uma competição evidente entre eles.

A análise de Constant-Market-Share, em conjunto com as conclusões de Batista (2005), mostra ainda um ganho de competitividade da economia nacional nos setores primários, que como são a base da pauta brasileira, acabam aumentando a competitividade da pauta de exportação como um todo.

A balança comercial brasileira explicita o impacto chinês direto: em apenas 12 anos, a China passou de uma posição secundária no mercado para se tornar o principal parceiro comercial brasileiro. As exportações brasileiras com destino ao país asiático passaram de meros US\$905 milhões em 1998, para US\$30 bilhões em 2010, um crescimento de mais de 3200%. Além disso, o saldo comercial brasileiro com a China manteve-se positivo desde 2002.

Além disso, não se pode deixar de destacar o papel do mercado chinês como impulsionador da demanda por commodities na última década. Um exemplo claro é o crescimento da importação chinesa entre 2003 e 2004: a taxa de crescimento da importação de minérios foi de 67% e a de alimentos foi de 37% (FMI). Isto pressiona os preços das commodities, que entraram numa trajetória de ascensão na última década. Ou seja, a China contribui para o Brasil tanto por importar mais do país, como por pressionar os preços das commodities, impactando indiretamente ao aumentar o valor importado por outros parceiros comerciais.

Mas também há efeitos negativos. Vê-se claramente através da evolução da composição da pauta brasileira que o caminho do país é o oposto da China: possuímos uma tendência de especialização em produtos primários – ou seja, ainda estamos sob o jugo do modelo ricardiano. Esse padrão adotado no Brasil é menos dinâmico, além de possuir os três problemas centrais citados por Reinert (1996): retornos decrescentes, competição perfeita e volatilidade de preços. Considerando ainda que este tipo de bem é de pouco valor agregado, além de ser gerador de um baixo número de empregos, no longo prazo, isso tende a se tornar um problema.

A sustentabilidade desse padrão de comércio está claramente associada à possibilidade do *boom* de commodities ser passageiro ou não. Se seus preços

seguirem em trajetória de alta, o que pode ocorrer caso haja um aumento contínuo da demanda dos países emergentes (que sustentam o ciclo atual) por esses bens, o Brasil ganhará em termos de troca. Por outro lado deve-se ressaltar que uma análise histórica dos preços de commodities revelam ciclos de altos e baixos nas cotações (PRATES, 2006), e há uma previsão de certo arrefecimento da demanda dos emergentes (FAO, OCDE; 2011); neste cenário, o Brasil tende a ter perdas no comércio se seguir o padrão atual de exportações.

Em suma, o padrão de especialização adotado no Brasil é preocupante devido à sua suscetibilidade ao cenário externo. Apesar deste trabalho não ter caráter normativo, há uma clara necessidade de agregação de valor aos produtos exportados, nem que seja mínima – o que não significa parar de exportar bens primários, mas aproveitar o *boom* como uma oportunidade de diversificação. Cabe ao governo prover incentivos e alternativas para um caminho sustentável no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **A experiência brasileira de planejamento econômico: uma síntese histórica.** In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José L. Planejamento e Orçamento governamental. Coletânea – Volume 1, Brasília, Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2007. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/04Temas/11academia/05materiais/1277HistorPlanejBrasil.pdf>> Acesso em 22/09/2011.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **As Relações Econômicas e Geopolíticas entre a China e a América Latina: Parceria Estratégica ou Interdependência Assimétrica?** In: VIII Reunión de la Red de América Latina y el Caribe sobre Ásia del Pacífico (REDEALAP): Bogotá, Ago/2008. Disponível em: <http://www.csa-csi.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=374&Itemid=181&lang=es> Acesso em: 22/09/2011.

BATISTA, Jorge Chami. **Competition between Brazil and other exporting countries in the US market. A new extension of constant market share analysis.** Discussion Paper of the Instituto de Economia da UFRJ No. 010/2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/texto06_04_04.pdf> Acesso em: 22/09/2011.

BLÁZQUEZ-LIDOY, Jorge; RODRÍGUEZ, Javier; SANTISO, Javier. **Angel or Devil? China's Trade Impact On Latin American Emerging Markets.** Working Paper No. 252. OECD Development Centre. Paris: Jun/06 Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/24/3/37054336.pdf>> Acesso em: 22/09/2011.

CARVALHO, Carlos Eduardo; TEPASSÊ, Ângela Cristina. **Efeitos da Ascensão da China Sobre as Exportações Brasileiras para os EUA e América Latina.** Disponível em: <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/viii_ciclo_debate/VIII_Ciclo2010_Art_Angela_e_Carvalho.pdf> Acesso em 22/09/2011.

CASTRO, Antônio Barros de. **Da Semi-Estagnação ao Crescimento num Mercado Sino-Cêntrico.** Disponível em: <<http://www.joserobertoafonso.com.br/attachments/article/2020/MERCADOS%20CASTRO.pdf>> Acesso em 22/09/2011.

CASTRO, Antônio Barros de. **No espelho da China.** Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/content/pdf/pdf_textobrasilnoespelhodachina.pdf> Acesso em: 22/09/2011.

COUTINHO, Eduardo Senra; LANA-PEIXOTO, Fernando de Vilhena; RIBEIRO FILHO, Paulo Zschaber; AMARAL, Hudson Fernandes. **De Smith a Porter: um**

ensaio sobre as teorias de comércio exterior. REGE-USP. 2005. vol.12, n.4, pp. 101-113. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v12n4/v12n4a7.pdf>> Acesso em: 22/09/2011.

FERRAZ, Galeno Tinoco; MACHADO, João Bosco Mesquita. **Comércio Externo da China: Efeitos sobre as exportações brasileiras.** Texto para Discussão No. 1182. Brasília: IPEA, Mai/06. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1182.pdf> Acesso em: 22/09/2011.

GRIFFIN, Keith B. **Alternative Strategies For Economic Development.** London: Macmillan Press. 2ª Edição. 1999.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Ameaça das exportações Chinesas nos Mercados de Exportações de Manufaturados do Brasil.** Boletim NEIT número 10. Campinas: Dez/2007. Disponível em: <http://sep.org.br/artigo/4_congresso/1726_319c245417789ac21ce12e6f6da79304.pdf> Acesso em 22/09/2011.

IMF. **World Economic Outlook Database, September 2011.** Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 22/09/2011.

JENKINS, Rhys; PETERS, Enrique Dussel & MOREIRA, Mauricio Mesquita. **The Impact of China on Latin America and the Caribbean.** World Development Vol. 36, No 2, pp. 235-253: Jun/2007. Disponível em: <<http://www.bristol.ac.uk/ceas/chinaintheworld/readings/Jenkins%20MOREIRA%20and%20Peters.pdf>> Acesso em: 22/09/2011.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política.** São Paulo: Pearson Addison Wesley. 6ª Edição. 2005.

MOREIRA, Mauricio Mesquita. **Fear of China: Is there a future for manufacturing in Latin America?** Occasional Paper 36. Inter-American Development Bank. Buenos Aires: Abr/06. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/i_INTALITD_OP_36_2006_Moreira.pdf> Acesso em: 22/09/2011.

OLIVEIRA JÚNIOR, Alcides Mário Amaral de. **Estratégias de Desenvolvimento do Brasil e da China.** Dissertação de mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2011.

PRATES, Daniela Magalhães. **A alta recente dos preços das commodities.** In: Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 27, nº 3 (107), p. 323-344, jul. 2007.

Disponível em: < <http://www.iececon.net/prates/Prates5.pdf>> Acesso em: 22/09/2011.

PORTER, Michael Eugene. **A Vantagem Competitiva das Nações**. São Paulo: Editora Campus. 12ª Edição. 2007.

REINERT, Eric Sophus. **Diminishing Returns and Economic Sustainability: The Dilemma of Resource-based Economies under a Free Trade Regime**. In: HANSEN, Stein; HESSELBERG, Jan; HVEEM, Helge. *International Trade Regulation, National Development Strategies and the Environment: Towards Sustainable Development?* Oslo, Centro para o Desenvolvimento e o Meio-Ambiente, Universidade de Oslo, pp. 119-150, 1996b. Disponível em: < <http://www.othercanon.org/uploads/SUM%20paper%20diminishing%20returns.doc#32:paper%20diminishing%20returns.doc>> Acesso em: 22/09/2011.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A China e a Economia Mundial: Uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século XX**. Disponível em: <www.gpepsm.ufsc.br/index_arquivos/RIBEIRO_VL.pdf> Acesso em: 22/09/2011.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. São Paulo: Nova Cultural. 2ª Edição. 1985.

UNCTAD. **UNCTAD STAT**. Disponível em <<http://unctadstat.unctad.org/>>. Acesso em: 22/09/2011.

WORLD BANK. **DDP Quick Query**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/data/dataquery.html>>. Acesso em: 22/09/2011.